



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Central de Compras

SENHORES LICITANTES:

OBSERVAR COM ATENÇÃO AS DESCRIÇÕES DETALHADAS DOS ITENS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL DE LICITAÇÃO, DE MODO A EVITAR FALHAS NAS COTAÇÕES QUE, EVENTUALMENTE, POSSAM ACARRETER EM DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS.

OS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS VENCEDORAS DEVERÃO EFETUAR O CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO PORTAL SEI/GDF, por meio do link: <https://www.portalsei.df.gov.br/usuario-externo/>, CONSIDERANDO SUA OBRIGATORIEDADE PARA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA.

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

UASG 926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF

CNPJ: 00.394.700/0001-08 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 07.329.505/001-89

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90147/2026 – SES/DF

TELEFONE: 61) 3449-4178 ou 4179

Data de Início de Propostas (Divulgação): 11/05/2026

Data fim de recebimento de propostas: 25/05/2026

Horário da Fase de Lances: 25/05/2026 às 9 horas

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO POR ATA DE REGISTRO DE PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE/ITEM

ADJUDICAÇÃO: POR LOTE/ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ESTIMATIVA GERAL: CARÁTER PÚBLICO

PROCESSO Nº: 00060-00304376/2025-33

VALOR PREVISTO PARA CONTRATAÇÃO: R\$ 9.976.438,8900 (nove milhões, novecentos e setenta e seis mil quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta e nove centavos)

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de **11 (onze) galpões modulares**, com estrutura metálica, vedação em alvenaria, cobertura termoacústica, piso industrial e instalações elétricas básicas, com área aproximada de **279,868 m² por unidade**, destinados exclusivamente ao armazenamento de insumos hospitalares não perecíveis e equipamentos ociosos da rede da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em sistema de registro de preços, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.

A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, por meio do(a) Central de Compras - CCOMP/DAQ/SUCOMP/SECCIC/SES-DF, sediada no SRTVN 701 Norte, lote D, Edifício PO 700, 2º andar, Central de Compras - Brasília/DF, CEP: 70.719-040, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, visando ao Sistema de Registro de Preços, mediante as condições estabelecidas neste Edital, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021, regulamentada no âmbito do Distrito federal pelo Decreto 44.330/2021, e alterações posteriores, Lei Distrital 6.112, de 02/02/2018, alterada pelas Leis nº 6.176/2018 e 6.308 de 13/06/2019 e regulamentada pelo Decreto 40.388 de 14/01/2020, além de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para execução de **11 (onze) galpões modulares**, com estrutura metálica, vedação em alvenaria, cobertura termoacústica, piso industrial e instalações elétricas básicas, com área aproximada de **279,868 m² por unidade**, destinados exclusivamente ao armazenamento de insumos hospitalares não perecíveis e equipamentos ociosos da rede da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em sistema de registro de preços

1.2. A licitação será realizada por **LOTE ÚNICO**, conforme tabela constante no Anexo I do Edital.

1.3. Especificações acerca do **LOTE ÚNICO**, objeto do certame:

AMPLA CONCORRÊNCIA

LOTE ÚNICO	CÓD BR	ITEM	DESCRIÇÃO	ID PCA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
	2224	01	Execução de galpões modulares com estrutura metálica, vedação em alvenaria, cobertura termoacústica, piso industrial e instalações elétricas básicas, com área aproximada de 279,868 m² por unidade.	42690	Unidade (galpão)	11

A contratação abrangerá todas as etapas necessárias à completa execução das estruturas, conforme projetos executivos constantes nos autos do processo administrativo e disponibilizados pela CONTRATANTE por ocasião da emissão da respectiva Ordem de Serviço, incluindo:

- mobilização do canteiro de obras;
- preparação da infraestrutura e fundações conforme o tipo de solo;
- montagem da estrutura metálica;
- execução da vedação em alvenaria e cobertura termoacústica;
- instalação do piso industrial e das instalações elétricas básicas;
- acabamentos, limpeza final e entrega da documentação técnica *As Built*.

1.4. Todos os serviços deverão ser executados de acordo com as **normas técnicas da ABNT** (como NBR 6118, NBR 6122, NBR 5410, NBR 14762, entre outras), observando também as **normas de segurança do trabalho** (NR-10, NR-18, NR-35) e as diretrizes dos Conselhos profissionais competentes (CREA, CAU).

1.5. A execução será condicionada à emissão de **Ordem de Serviço (OS)** pela fiscalização da SES/DF, que indicará as atividades a serem iniciadas, os locais de intervenção, o cronograma, as medidas de segurança e as restrições operacionais. É vedado iniciar qualquer serviço sem autorização formal da fiscalização da DEA/SINFRA.

1.6. A remuneração da contratada será realizada com base em **medições vinculadas à execução das Ordens de Serviço**, sendo que **cada Ordem de Serviço corresponderá à execução integral de um galpão modular completo**, conforme os projetos executivos e especificações técnicas estabelecidos no Termo de Referência.

1.7. Os pagamentos estarão condicionados à apresentação e aprovação dos boletins de medição, acompanhados dos relatórios técnicos, registros fotográficos, ensaios (quando aplicáveis) e demais documentos exigidos pela fiscalização, **não se caracterizando prestação de serviços de natureza continuada**. O cronograma físico-financeiro será definido pela Administração por meio das Ordens de Serviço, observada a disponibilidade orçamentária.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

- 2.1.1.1. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;
- 2.1.1.2. Realizar o procedimento licitatório;
- 2.1.1.3. Gerenciar a ata de registro de preços;
- 2.1.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- 2.1.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e
- 2.1.1.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- 2.1.1.7. Autorizar a solicitação de adesão às atas de registro de preços sob sua gestão.

2.2. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas pela Administração, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado. (Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.2.1. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens/executar serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei. (§ 5º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.2.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item anterior, a SES-DF poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação. (§ 7º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem o fornecimento com preços iguais aos do licitante vencedor, visando à formação de Cadastro Reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do art. 205 e no art. 212 do Decreto Distrital 44.330/2023. (§4º e Inciso I, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023).

2.3.1. Se houver mais de um licitante no Cadastro Reserva, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva do certame. (Inciso II, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3.2. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente. (Inciso III, §4º Art. 198 Decreto - DF 44.330/2023)

2.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme art. 198, § 1º, do Decreto nº 44.330/2023.

2.4.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. (Art. 199 Decreto-DF 44.330/2023)

2.4.2. Na hipótese de concessão de reajuste de preço, este será aplicado com data-base vinculada à data do orçamento estimado (§7º do art. 25 da Lei 14.133/21), pelo índice do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016 apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.

2.5. A assinatura da Ata se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI-GDF, ou na impossibilidade deste, por outro meio a ser definido pela SES-DF.

2.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições. (Art. 200 Decreto-DF 44.330/2023)

- 2.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos de que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.8. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos. (Art. 201 do Decreto-DF44.330/2023).
- 2.9. Deverão ser observadas as demais condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, **Anexo III deste EDITAL**, especialmente no que se refere às hipóteses de cancelamento do registro e alteração dos preços registrados.
- 2.10. **DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**
- 2.10.1. As aquisições ou contratações adicionais em razão das adesões da ata de registro de preço não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
- 2.10.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item ou lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.
- 3.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 3.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).
- 3.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 3.7. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 3.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.
- 3.8. Para efeito do disposto no 3.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 3.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;
- 3.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 3.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 3.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 3.8.3 e 3.8.4, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 3.9. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos 3.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

- 3.9.1. O disposto no 3.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 3.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 3.10. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Distrital 4.611/2011, a administração pública:
- 3.10.1. Poderá exigir dos licitantes a subcontratação compulsória de microempresa ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado, quando justificadamente estabelecida pela área técnica demandante;
- 3.10.2. Em atendimento à exigência estabelecida no inc. III do art 49 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c art. 23 da Lei Distrital nº 4.611/2011, o **LOTE ÚNICO** que compõem o objeto deste edital serão destinados à **AMPLA CONCORRÊNCIA**, conforme previsão constante no Anexo I deste Edital;
- 3.10.3. **DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO**
- 3.10.3.1. Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas na forma de consórcio (art. 15, Lei 14.133/2021), devendo ser apresentada a comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio subscrito pelos seus consorciados, o qual constará a identificação da empresa líder, bem como a responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio.
- 3.10.3.2. O número máximo de integrantes de cada consórcio será de 2 (duas) empresas.
- 3.10.3.3. A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante.
- 3.10.3.4. Os integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- 3.10.3.5. As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente ou através de outro consórcio.
- 3.10.3.6. Não será admitida a participação de empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico em consórcios distintos.
- 3.10.3.7. Na hipótese participação de pessoas jurídicas reunidas na forma de consórcio, será admitida o somatório dos quantitativos de cada consorciado para efeito de qualificação técnica.
- 3.10.3.8. As empresas consorciadas deverão possuir, isoladamente, habilitação técnica e qualificação econômico-financeira, ainda que em proporção não equivalente à sua participação no consórcio.
- 3.10.3.9. A comprovação da qualificação econômico-financeira poderá ser feita mediante a apresentação do somatório dos valores de cada consorciado.
- 3.10.3.10. Fica vedada a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio ou isoladamente.
- 3.10.3.11. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até a sua entrega definitiva, incluindo possíveis prorrogações.
- 3.10.3.12. Os consorciados poderão modificar sua composição ou constituição, desde que previamente autorizado pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.
- 3.10.3.13. Os consorciados deverão se comprometer a apresentar, antes da assinatura da Ata de Registro de Preço/Contrato, o Termo de Constituição do Consórcio, bem como o registro do Consórcio, aprovado por quem tenha competência, em cada uma das empresas, como previsto nos termos dos artigos 278 e 279 da Lei nº 6.404/76.
- 3.10.3.14. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.
- 3.10.3.15. Em caso de consórcio de empresas, tal condição deverá ser evidenciada e documentada na fase de credenciamento.
- 3.11. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.11.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.11.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.11.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.11.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de licitar e contratar com o Distrito Federal, em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.11.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.11.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.11.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.11.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, de licitação, contratação ou execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, agente público de órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal contratante ou responsável pela licitação, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11.8.1. A vedação do subitem 3.11.8 aplica-se para as condições de Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independentemente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação no capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

3.11.8.2. A vedação do subitem 3.11.8 aplica-se aos executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas.

3.11.8.3. A vedação do subitem 3.11.8 aplica-se ao agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título.

3.11.9. Empresas que se encontrem sob falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país;

3.11.9.1. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar de licitações públicas, desde que com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente e que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

3.11.10. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;

3.11.11. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):

3.11.11.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou

3.11.11.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).

3.11.12. A vedação de que trata o item 3.11.11. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.

3.11.13. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).

3.11.14. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

3.11.15. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).

3.11.16. Não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.11.2 e 3.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.11.2 e 3.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.17. A vedação de que trata o item 3.11.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.16.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante, consoante o modelo de apresentação de propostas, Anexo I do Edital.
- 5.2. A proposta deverá, ainda, conter o valor unitário e total, com até quatro casas decimais, em moeda nacional, para cada item a que concorrer.
- 5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.10.
- 5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização

pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.12. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**.

6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecúvel.

6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.12. **Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**

6.12.1. **A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.**

6.12.2. **A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.**

6.12.3. **Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.**

6.12.4. **Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.**

6.12.5. **Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.**

6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.2. empresas brasileiras;

6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.20.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.12 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).[A20]

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.6.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e

em seus anexos;

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

- 7.11.1. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 7.11.2. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.11.3. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SicaF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.
- 8.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.
- 8.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

8.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

8.2.1. Qualificação técnica

8.2.1.1. Quanto a **Habilitação Técnica**, a Licitante deverá apresentar:

- I - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- II - Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, emitida pelo Conselho Regional Engenharia, em nome da Empresa, e de seu (s) responsável (is) técnico (s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA com validade na data da apresentação.
- III - Serão admitidos atestados emitidos em nome da matriz ou da filial da empresa licitante, desde que comprovem a execução de serviços compatíveis com o objeto.
- IV - Para fins de comprovação de quantitativo mínimo, admite-se a soma de atestados distintos, desde que todos comprovem execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação.
 - a) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
 - b) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

V - Será aceita a comprovação mediante atestados de capacidade técnica ou ART que demonstrem experiência prévia ou atual em serviços compatíveis com o objeto, sem exigir que estejam necessariamente em execução na data da licitação.

a) Discriminação: Execução de galpões modulares com estrutura metálica, vedação em alvenaria, cobertura termoacústica, piso industrial e instalações elétricas básicas, com área aproximada de 279,868 m² por unidade. Conjunto Executado, Quantidade Mínima: 1.

8.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista

I - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://www1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei n.º 12.440 de 2011.

III - Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

V - Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

VI - Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VII - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

VIII - Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a Proponente deverá, também, apresentar a documentação de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 5º, §1º do Decreto nº 35.592/2014.

8.2.3. Qualificação econômico-financeira

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, **datada dos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (**Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425)**);

II - **Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.**

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

b.1) Em se tratando de consórcio, os documentos exigidos no inciso II, deverão referir-se ao consórcio e a cada consorciado individualmente.

b.2) No caso de consórcio, deverá haver a demonstração, pelo consórcio e por cada consorciado, do atendimento aos índices contábeis definidos neste edital.

c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

e) Em se tratando de consórcio, fica estabelecido um acréscimo de 15% (quinze por cento) sobre os valores mínimos de capital social ou patrimônio líquido exigidos na alínea anterior, ou seja, os consórcios deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 11,5% (onze e meio por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

f) O acréscimo previsto no item anterior não será aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte.

8.2.4. Habilitação jurídica:

I - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

a) Cédula de identidade;

- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e
- g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

8.2.5. Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:

- I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.
- II - Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.
- IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
- V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.
- VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

8.2.6. Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:

- I - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a **Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo IV do Edital (Portaria CGDF nº 356/2019).**

8.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

8.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

8.4. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

8.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

8.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.7. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: SRTVN 701, Lote D, Edifício PO 700, 2º Andar, Sala Central de Compras, Brasília/DF; CEP 70.719-040 – CENTRAL DE COMPRAS (CCOMP).

8.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.9.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada a alínea "c" do subitem 8.2.4 do Edital.

8.9.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

8.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.14. **Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de**

realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

- 8.14.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia deverá apresentar a “Declaração de Vistoria”, conforme modelo constante no **APÊNDICE III**, assinada por seu responsável técnico e pela fiscalização da SES/DF.
- 8.14.2. Será disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por meio do e-mail sinfra@saude.df.gov.br e/ou telefone (61) 3449-4248, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 8.14.3. Caso opte por não realizar a vistoria, a licitante deverá apresentar a “Declaração de Desistência de Vistoria”, conforme modelo constante no **APÊNDICE IV**, assumindo integral responsabilidade pela elaboração da proposta e execução dos serviços, sem direito a pleitos posteriores por desconhecimento das condições locais.
- 8.14.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 8.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 8.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.16.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022
- 8.17. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e Decreto nº 44.330/2023, art. 135, §3º):
- 8.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.16.1.
- 8.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da

autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: ccomp.daq@saude.df.gov.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. fraudar a licitação;

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar, e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento

equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação;

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica: ccomp.daq@saude.df.gov.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I - Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias, Seguridade Social e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

II - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III - Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

V - Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União (DAU);

VI - Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (CND).

VII - Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados (PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751/2014)

12.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

12.3. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA.

12.4. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

12.5. Excluem-se das disposições do artigo 6º, Decreto 32.767 de 17/02/2011:

I - Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

II - Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.

13. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

13.1. A presente contratação tem como objetivo a instalação e montagem, por empresa especializada, de **GALPÕES MODULARES** com estrutura metálica e painéis de vedação industrializados, conforme projetos executivos constantes nos autos do processo administrativo e disponibilizados pela CONTRATANTE por ocasião da emissão da respectiva Ordem de Serviço.

13.2. Os galpões serão implantados em unidades hospitalares e no Parque de Apoio da SES/DF, e destinam-se ao armazenamento de **insumos hospitalares não perecíveis e equipamentos ociosos, promovendo a desobstrução de áreas assistenciais, a organização patrimonial e a**

otimização da logística hospitalar.

13.3. Mobilização e Preparação do Canteiro

13.3.1. Antes do início da execução física, a contratada deverá realizar a mobilização técnica e logística de cada local, com foco em segurança, organização e não interferência nas atividades assistenciais;

- Implantação do canteiro conforme NR-18 (tapumes, áreas segregadas, sinalização, instalações provisórias);
- Apresentação do Plano de Obra e do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC);
- Delimitação das áreas de intervenção com isolamento das zonas operacionais.

13.3.2. Infraestrutura Civil e Fundações

- regularização superficial e compactação controlada das áreas destinadas à instalação dos módulos, conforme parâmetros técnicos aplicáveis;
- execução de apoios, blocos e elementos de suporte necessários à fixação das estruturas modulares, conforme especificações do projeto;
- instalação de dispositivos de drenagem periférica, com calhas, grelhas e elementos de escoamento superficial.

13.3.3. Estrutura Metálica e Vedação

- montagem da estrutura metálica modular, conforme NBR 8800 e NBR 14762;
- instalação dos painéis de vedação industrializados, com desempenho termoacústico e vedação adequada;
- aplicação de acabamentos e selagens conforme as especificações técnicas do projeto.

13.3.4. Cobertura, Piso e Instalações

- instalação de cobertura metálica termoacústica tipo sanduíche (PIR ou equivalente);
- instalação de base regularizada ou solução de piso técnico conforme especificações do projeto;
- instalação dos sistemas elétricos, quadros, pontos de iluminação, dutos e proteção elétrica (DPS/DR);
- instalação de portas metálicas, venezianas e dispositivos de ventilação natural.

13.3.5. Controle de Qualidade e Documentação Final

- Registro fotográfico das fases da obra;
- Relatórios de conformidade e ensaios (quando aplicáveis);
- Entrega de documentação final *As Built*, incluindo localização dos elementos, plantas revisadas e memoriais.

13.4. A realização dos serviços será efetuada mediante emissão de **Ordem de Serviço (OS)**, que detalhará o escopo da atividade, local, prazo, medidas de segurança e cronograma físico-financeiro. É expressamente vedado o início de qualquer etapa sem a autorização formal da fiscalização técnica da DEA/SINFRA.

13.5. Demandas adicionais poderão ser autorizadas por meio de **OS complementares**, dentro dos limites contratuais e com base nos procedimentos legais de reequilíbrio econômico-financeiro, quando aplicável.

13.6. A abordagem adotada assegura **previsibilidade, rastreabilidade e conformidade legal**, promovendo a eficiência administrativa, a durabilidade da solução e a continuidade operacional das unidades da SES/DF.

13.7. DO RECEBIMENTO

13.7.1. Para fins de recebimento, os serviços executados serão avaliados com base nas Ordens de Serviço emitidas pela Administração, considerando-se concluída cada etapa quando comprovado o atendimento integral das atividades previstas na respectiva OS, mediante termo detalhado assinado pelos fiscais técnico e administrativo.

13.7.1.1. O recebimento provisório será realizado pelos fiscais técnico e administrativo, mediante atesto nos relatórios de execução e comprovação do cumprimento das exigências técnicas e administrativas aplicáveis.

13.7.1.2. O recebimento definitivo será formalizado após o prazo legal, mediante análise dos fiscais competentes quanto à conformidade, qualidade e integralidade dos serviços executados, nos termos da legislação vigente.

13.7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e arts. 24, X e 25, VII do Decreto nº 44.330/2023).

13.7.2.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

13.7.2.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 24, X do Decreto nº 44.330, de 2023).

13.7.2.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 25, VII do Decreto nº 44.330, de 2023).

13.7.2.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

13.7.3. Para o recebimento provisório do serviço, deverá ser preenchido termo conforme **APÊNDICE V** do termo de referência.

13.7.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando

em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

13.7.4.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

13.7.4.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, refazer ou adequar, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que tenham sido sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/2021).

13.7.4.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

13.7.4.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

13.7.4.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

13.7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

13.7.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Art. 23, VIII do Decreto nº 44.330, de 2023).

13.7.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

13.7.6.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

13.7.6.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

13.7.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

13.7.7. Para o recebimento definitivo do serviço, deverá ser preenchido termo conforme **APÊNDICE VI** do termo de referência.

13.7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133/2021](#), comunicando à empresa para emissão de Nota Fiscal correspondente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade técnico-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites de suas atribuições regulamentares.

13.7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13.7.11. Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;

Liquidação

13.8. Conforme o art. 56 do Decreto Distrital nº 32.598/2010, fica o órgão central de administração financeira responsável pela orientação normativa referente à liquidação da despesa.

13.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

13.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Prazo de pagamento

13.11. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

13.12. Passados 15 (quinze) dias corridos sem o devido pagamento por parte da administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação *pro rata tempore* do IPCA, nos termos do art. 3º, do Decreto Distrital nº 37.121, de 16 de fevereiro de 2016.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O prazo de vigência da contratação será de 12 (**doze**) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

14.3. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

- 14.4. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.
- 14.5. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.
- 14.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
- 14.7. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 14.7.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;
- 14.7.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;
- 14.7.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;
- 14.7.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;
- 14.7.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;
- 14.7.6. O reajustamento será promovido automaticamente, caso tenha decorrido prazo superior de um ano contado da data do orçamento estimado, em 02/12/2025, pela utilização do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anuidade;
- 14.7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;
- 14.7.8. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

14.8. Da Implementação do Programa de Integridade

- 14.8.1. A implementação do Programa de Integridade observará as diretrizes estabelecidas no Guia Prático para Análise dos Programas de Integridade Privada, Fevereiro/2025 – versão 1.3, aplicando-se integralmente às pessoas jurídicas que firmem relação contratual com a Administração Pública do Distrito Federal com prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias, quando o valor global desses contratos for igual ou superior a R\$ 5.000.000,00. O § 2º da mesma lei prevê que a exigência se aplica integralmente se o prazo da relação contratual for de 180 dias ou mais.
- 14.8.2. A exigência decorre do disposto na Lei n.º 6.112, de 02 de fevereiro de 2018, que institui a obrigatoriedade de implementação de Programa de Integridade por pessoas jurídicas que mantenham relação contratual com o Distrito Federal. Sendo obrigatória sua adoção, assim como das condutas previstas no Código de Conduta Anticorrupção e na Lei Anticorrupção (12.846/2013).
- 14.8.3. O adjudicatário, após a assinatura do contrato, deverá implementar o Programa de Integridade no âmbito de sua pessoa jurídica, conforme previsto nas Leis Nº 6.112/2018, Nº 6.308/2019, Decreto Nº 40.388/2020 e no Guia Prático para Análise dos Programas de Integridade Privada, da Controladoria-Geral do Distrito Federal.
- 14.8.4. A empresa contratada deverá no mínimo:
- I - Realizar mapeamento de riscos de integridade, aplicar treinamentos periódicos de integridade, elaborar os relatórios conforme os ciclos previstos e criar medidas disciplinares e de responsabilização interna.
- 14.8.5. Deverão ser observadas ainda as diretrizes estabelecidas na Política de Governança Pública e Compliance, nos termos do Decreto Nº 39.736, de 28 de março de 2019, bem como o Decreto Nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020, que regulamenta a avaliação dos Programas por meio de formulários e relatórios específicos. A contratada deverá:
- I - Atender simultaneamente aos critérios de existência e efetividade.
 - II - Apresentar toda documentação e evidência dos Programas (treinamentos, relatórios, auditorias, investigações, políticas, organograma etc.).
 - III - Permitir inspeções, análises e auditorias dos Programas pela Administração Pública.
 - IV - Realizar prontamente as adequações, caso a avaliação identifique insuficiências.
 - V - Inserir critérios de governança e compliance na contratação de terceiros.
 - VI - Aceitar que o resultado influencie a seleção ou execução contratual.
 - VII - Padronizar suas práticas de Governança e Compliance.
- 14.8.6. Para a efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos e despesas necessários correrão exclusivamente às expensas da empresa contratada, não cabendo ao órgão contratante qualquer ônus ou ressarcimento - contudo - deverá ser designada na estrutura da contratada a unidade responsável pelo compliance da instituição, sendo este o ponto focal de comunicação nessa temática.
- 14.8.7. A Política e seus programas de Governança e compliance deverão ser adotados junto a todos os órgãos/entidades do DF, fortalecendo as estruturas de governança e compliance internas e implementando/aperfeiçoando a Gestão de Riscos, O Controle Interno e os Mecanismos de Integridade.
- 14.8.8. Para fins de verificação e conformidade, a empresa deverá apresentar o Formulário de Avaliação de Programa de Integridade, Relatório de Perfil e o Relatório de Conformidade, nos termos do Anexo I do Decreto Nº 40.388/2020, bem como articular-se com órgãos centrais de governança do DF.
- 14.8.9. Os Programa de integridade e compliance terão validade mínima de 180 dias, devendo ser renovado ao término desse período.
- 14.8.10. Deve ser observada ainda a Implantação de mecanismos de controle, monitoramento e auditoria periódica, no mínimo ao final de cada ciclo.
- 14.8.11. Todas as empresas que pretendam atender às exigências apostas neste Edital, deverão implementar e manter canal de denúncias funcional e seguro.

14.8.12. A contratada que já atenda a todos os requisitos, se aplicável, deverá apresentar declaração formal informando sua existência e o atendimento pleno às exigências.

14.8.12.1. Poderão ser solicitadas evidências de implementação e efetividade.

14.8.13. A contratada que possua erros nas Demonstrações Contábeis "furo de caixa", deve entender que a existência do erro é motivação suficiente para sua descreditação.

14.9. Da manutenção do programas e obtenção do selo anticorrupção

14.9.1. O selo anticorrupção tem validade de dois anos, podendo ser renovado a pedido da empresa interessada à autoridade competente.

14.9.2. O selo somente será concedido às empresas que atendam cumulativamente a todas as exigências constantes da Lei 7.450/2024.

14.9.3. As regras instituídas pela Lei Nº 7.450, que cria o Selo Anticorrupção, se destinam a reconhecer as empresas que adotem Programas de Integridade efetivos.

14.9.4. Deverão ser atendidas e mantidas, de forma cumulativa, todas as exigências de Integridade, Compliance e Acreditação apostas nas Leis Nº 6.112/2018, Nº 7.450/2024, Decretos Nº 39.736/2019 e 40.388/2020, bem como demais regramentos aplicáveis.

14.9.5. Conforme Portaria Nº 193/2024, caberá ao comitê avaliar a propor medidas de mitigação dos riscos e de adequação das inconformidades encontradas.

14.10. Das sanções e disposições finais

14.10.1. A empresa que deixar de encaminhar os relatórios obrigatórios estará sujeita às sanções cabíveis.

14.10.2. Pelo descumprimento das exigências, será aplicada à contratada:

- a) Multa diária de 0,08%, incidente sobre o valor atualizado do contrato, limitada ao total de 10% do montante contratual.
- b) O cumprimento extemporâneo da exigência da implantação não implica indébito da multa aplicada.

14.10.3. O não cumprimento da obrigação implicará ainda:

- I - Inscrição do débito em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada;
- II - Rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade contratante;
- III - Impedimento de contratar com a Administração Pública do Distrito Federal, em qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação da implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

14.10.4. A fiscalização do Programa de Integridade é realizada mediante critério da dupla visita, sendo a primeira voltada prioritariamente para orientação quanto ao saneamento de eventuais desconformidades levantadas.

14.10.5. O Conselho de Governança Pública e o Comitê Interno de Governança Pública poderão editar atos complementares e estabelecer procedimentos para conformação, execução e monitoramento de processos de governança pública e compliance.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A comunicação entre SES-DF e as proponentes se dará através dos e-mails informados nas propostas;

15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.10. A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito federal poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.11. A anulação do pregão induz à do contrato.

15.12. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

15.13. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.

15.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

15.15. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.

- 15.16. Cumprir com o disposto na Lei Distrital 6.128/2018, que dispõe sobre reserva de percentual das vagas de trabalho em serviços e obras públicas para pessoas em situação de rua;
- 15.17. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.
- 15.18. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.
- 15.18.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.
- 15.19. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.
- 15.20. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.21. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 15.22. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- ANEXO I** - Termo de Referência
- Apêndice do Anexo I** – Estudo Técnico Preliminar
- ANEXO II** – Planilha de mercado
- ANEXO III** – Minuta de Ata de Registro de Preços
- ANEXO IV** - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019
- ANEXO V** - Modelo de Propostas
- ANEXO VI** - Minuta de Termo de Contrato

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação, sob o regime de empreitada por preço global, de empresa especializada para a **execução de galpões modulares com estrutura metálica e vedação em alvenaria**, com área aproximada de 279,868 m² por unidade, destinados **exclusivamente ao armazenamento de insumos hospitalares não perecíveis e equipamentos ociosos** da rede da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, **configurando infraestrutura de apoio logístico**, conforme projetos executivos padronizados elaborados pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA/SINFRA.
- 1.2. A contratação abrangerá **todas as etapas necessárias à completa execução das estruturas**, conforme projetos executivos constantes nos autos do processo administrativo e disponibilizados pela CONTRATANTE por ocasião da emissão da respectiva Ordem de Serviço., incluindo:
- mobilização do canteiro de obras;
 - preparação da infraestrutura e fundações conforme o tipo de solo;
 - montagem da estrutura metálica;
 - execução da vedação em alvenaria e cobertura termoacústica;
 - instalação do piso industrial e das instalações elétricas básicas;
 - acabamentos, limpeza final e entrega da documentação técnica *As Built*.
- 1.3. Todos os serviços deverão ser executados de acordo com as **normas técnicas da ABNT** (como NBR 6118, NBR 6122, NBR 5410, NBR 14762, entre outras), observando também as **normas de segurança do trabalho** (NR-10, NR-18, NR-35) e as diretrizes dos Conselhos profissionais competentes (CREA, CAU).
- 1.4. A execução será condicionada à emissão de **Ordem de Serviço (OS)** pela fiscalização da SES/DF, que indicará as atividades a serem iniciadas, os locais de intervenção, o cronograma, as medidas de segurança e as restrições operacionais. É vedado iniciar qualquer serviço sem autorização formal da fiscalização da DEA/SINFRA.
- 1.5. A remuneração da contratada será realizada com base em **medições vinculadas à execução das Ordens de Serviço**, sendo que **cada Ordem de Serviço corresponderá à execução integral de um galpão modular completo**, conforme os projetos executivos e especificações técnicas estabelecidos neste Termo de Referência.
- 1.6. Os pagamentos estarão condicionados à apresentação e aprovação dos boletins de medição, acompanhados dos relatórios técnicos, registros fotográficos, ensaios (quando aplicáveis) e demais documentos exigidos pela fiscalização, **não se caracterizando prestação de serviços de natureza continuada**. O cronograma físico-financeiro será definido pela Administração por meio das Ordens de Serviço, observada a disponibilidade orçamentária.
- 1.6.1. Os preços registrados e os contratos decorrentes serão reajustados anualmente, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contado da data da apresentação das propostas, com base na variação do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC/FGV (ou

outro índice que você efetivamente vá usar), nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

1.7. A contratação será conduzida pela Subsecretaria de Infraestrutura em Saúde (SINFRA), por meio da DEA, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Distrital nº 44.330/2023 e demais normativos aplicáveis à execução de obras públicas.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	ID PCA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
Único	1	Execução de galpões modulares com estrutura metálica, vedação em alvenaria, cobertura termoacústica, piso industrial e instalações elétricas básicas, com área aproximada de 279,868 m² por unidade.	42690	Unidade (galpão)	11	R\$ 906.948,99	R\$ 9.976.438,88

1.8. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

1.8.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo, em atenção à vedação constante no art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e art. 73 e inc. 1 do art. 74 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

1.8.2. Os serviços objeto desta contratação são classificados como **serviços comuns de engenharia**, consistindo na implantação de galpões modulares pré-fabricados, com especificações padronizáveis e amplamente ofertadas pelo mercado, atendendo ao disposto no art. 6º, inciso LV, da Lei nº 14.133/2021.

1.8.3. A solução técnica caracteriza-se pela padronização dos componentes modulares, bem como pela objetividade dos requisitos construtivos, permitindo a contratação por **Pregão**, nos termos do art. 114 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

1.8.3.1. O objeto apresenta elementos usualmente praticados pelo mercado, com solução industrializada e não singular, o que impede sua caracterização como obra de engenharia de natureza exclusiva ou complexa.

1.8.4. Os serviços se enquadram na natureza de despesa conforme listado abaixo:

1.8.4.1. Natureza da despesa: 449051 - Investimento

1.8.4.2. Programa de Trabalho: 10.302.6202.3140.0009 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-AMBULATORIAIS ESPECIALIZADAS E HOSPITALARES - SES- DISTRITO FEDERAL.

1.8.5. A presente contratação foi classificada como serviço comum de engenharia, com especificações compatíveis com práticas correntes do setor.

1.9. Tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP

1.9.1. Nos termos dos arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, foi avaliada a possibilidade de aplicação de tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP.

1.9.2. Contudo, no caso da presente contratação, **não se mostra tecnicamente viável a adoção de cota reservada ou de divisão do objeto**, tendo em vista que se trata de **serviço comum de engenharia executado em lote único**, cuja execução demanda **padronização técnica, uniformidade de execução, gestão integrada da obra e responsabilidade técnica unificada**, de modo a assegurar a adequada compatibilidade entre os sistemas estruturais, elétricos e construtivos envolvidos, bem como a manutenção da qualidade, da segurança e da eficiência na implantação das estruturas modulares.

1.9.3. A eventual fragmentação do objeto poderia comprometer **a eficiência da execução, a padronização técnica das estruturas modulares e a adequada gestão contratual**, além de elevar riscos operacionais, administrativos e de incompatibilidade entre os sistemas **estruturais, elétricos e construtivos**, o que poderia prejudicar a execução integrada da solução e o adequado atendimento às necessidades da **Administração Pública**.

1.9.4. Dessa forma, afasta-se a aplicação das medidas previstas nos arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, **especialmente com fundamento no inciso III do art. 49**, considerando que a adoção do tratamento diferenciado e simplificado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não se mostra vantajosa para a Administração Pública e pode representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, em razão da necessidade de **execução integrada, padronização técnica e responsabilidade técnica unificada** na implantação das estruturas modulares.

1.9.4.1. Permanece assegurada a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no certame **em igualdade de condições com as demais licitantes**, sem prejuízo dos benefícios previstos nos arts. 42 e 43 da referida lei, relativos à regularização fiscal tardia.

1.10. Do contrato

1.10.1. A formalização da contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será realizada mediante instrumento contratual ou nota de empenho, conforme previsto no art. 210 do Decreto Distrital nº 44.330/2023 e art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

1.10.2. O prazo de vigência da contratação será de 12 (**doze**) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.10.3. Os serviços contratados serão considerados de natureza não continuada, conforme inciso XVII do art. 6º da Lei nº

14.133/2021, diante de sua execução eventual e sob demanda, conforme requisições emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

1.10.4. A adoção do Sistema de Registro de Preços não decorre de incerteza quanto à natureza do objeto ou à definição técnica da solução, as quais se encontram plenamente estabelecidas neste Termo de Referência e nos projetos executivos padronizados elaborados pela DEA/SINFRA, mas sim da necessidade de conferir **flexibilidade administrativa quanto ao momento de execução das implantações**, à priorização das Ordens de Serviço conforme critérios técnicos e estratégicos e à compatibilização com a disponibilidade orçamentária da Administração, preservando-se a padronização, a eficiência operacional e a economicidade da contratação.

1.11. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.11.1. A contratação dar-se-á sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço pela SES/DF, para a prestação dos serviços necessários à instalação dos galpões modulares com estrutura metálica e vedação em alvenaria, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, conforme as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

1.11.2. O uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a presente contratação fundamenta-se no art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 189 e 190 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, sendo o procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, em razão da classificação do objeto como serviço comum de engenharia.

(...)

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

(...)

1.11.3. O SRP é um procedimento auxiliar de licitação em que os órgãos públicos registram os preços praticados pelo mercado, baseado no planejamento do quantitativo adequado ao atendimento da demanda anual, para determinados bens ou serviços, podendo, posteriormente, utilizar esses registros para contratações conforme a necessidade.

1.11.4. A escolha pelo Sistema de Registro de Preços busca harmonizar o valor obtido para o quantitativo estimado com a variação do ritmo da demanda ao longo do período de validade. Isso significa que a Administração pode contratar os bens ou serviços de acordo com as necessidades reais, adaptando-se ao fluxo de demanda que ocorre durante a vigência da Ata do SRP.

1.11.5. Além disso, a adoção do SRP visa maior celeridade nas contratações, redução da quantidade de licitações, redução de custos com armazenamento e controle de estoque, possibilidade de utilização da ata por outros órgãos públicos e menores preços pelo efeito da economia de escala.

1.11.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações, facultada a realização de licitação específica, conforme art. 200 do Decreto nº 44.330/2023, permanecendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em condições de igualdade.

1.12. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.12.1. Com a formação de uma Ata de Registro de Preços (ARP), quando for necessária a contratação de serviços especializados na área de engenharia para execução de obras, reforma, recuperação, ampliação, demolição, adaptações prediais em quaisquer das Unidades Administrativas que compõem a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), não será necessária a instauração de procedimento específico, que tornaria mais onerosa a contratação e demandaria maior tempo das administrações desconcentradas e descentralizadas. Assim, a ata assegura o melhor preço pela sua notável capacidade de assegurar o ganho de escala.

1.12.2. A ata também favorece o estabelecimento de um banco de preços referencial para tais serviços, que são classificados como de natureza não continuada.

1.12.3. Deste modo, a licitação para Sistema de Registro de Preços (SRP) se coaduna com o inciso II, art. 190 do Decreto Distrital nº 44.330, 16 de março de 2023, que regulamenta, no âmbito do Distrito Federal, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e dá outras providências.

1.12.4. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses, prorrogável única vez por igual período**, contados da data de sua publicação na imprensa oficial do Distrito Federal, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do Art. 84 da Lei 14.133/2021.

1.13. ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.13.1. A presente contratação possui particularidades técnicas e operacionais que inviabilizam a extensão da Ata de Registro de Preços (ARP) a órgãos ou entidades não participantes, considerando as características da construção de galpões e o escopo dos serviços de engenharia civil previstos neste Termo de Referência.

1.13.2. Os serviços contratados envolvem atividades técnicas usualmente praticadas pelo mercado, relacionadas à instalação, montagem e adequação de estruturas modulares pré-fabricadas, incluindo ajustes de infraestrutura, nivelamento, fixação, acabamentos complementares e integração com os sistemas existentes das unidades usuárias.

- procedimentos de instalação e fixação dos módulos metálicos e painéis de vedação;
- adequações pontuais necessárias à conexão das estruturas modulares com a infraestrutura existente da unidade usuária;
- acompanhamento técnico e validação da montagem pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA/SINFRA/SES-DF), incluindo emissão de orientações e fiscalização das Ordens de Serviço.

1.13.3. Além disso, a demanda contratual foi dimensionada de forma exclusiva para os galpões logísticos, com base em levantamento técnico específico, o que torna imprevisível e tecnicamente inviável a adesão de entes externos, sob pena de comprometimento da qualidade técnica, da gestão contratual e da alocação orçamentária prevista.

1.13.4. Por essas razões, especialmente em razão da necessidade de análise técnica individualizada por unidade e da dependência de condições locais de implantação, a vedação de adesões à Ata de Registro de Preços está plenamente justificada, em conformidade com os princípios do planejamento, da eficiência, da segurança e da especificidade técnica da Administração Pública, conforme previsto nos artigos 6º, inciso XXV; 11, inciso I; e 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.13.5. Tal medida encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme estabelecido na Decisão nº 5.277/2016, que reconhece a possibilidade de vedação à adesão quando justificada por peculiaridades técnicas e administrativas vinculadas à

natureza do objeto ou à capacidade de gestão da Administração.

1.13.6. Havendo divergência entre a especificação constante neste Termo de Referência e aquela cadastrada no Sistema Comprasnet, prevalecerá a especificação estabelecida neste documento.

1.14. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

1.14.1. Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio na presente licitação, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, considerando a complexidade técnica e a multidisciplinaridade do objeto, que envolve serviços de engenharia civil, montagem de estruturas modulares e adequações de infraestrutura.

1.14.2. A participação em consórcio tem por finalidade ampliar a competitividade do certame, possibilitando a reunião de capacidades técnicas e operacionais complementares, sem prejuízo da adequada execução do objeto contratual.

1.14.3. Na hipótese de participação em consórcio, deverão ser observadas as seguintes condições:

- I - comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas empresas consorciadas;
- II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável pela representação perante a Administração e responderá pelo cumprimento das obrigações contratuais;
- III - responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações decorrentes da licitação e do contrato;
- IV - vedação à participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente;
- V - atendimento, pelas empresas consorciadas, das exigências de habilitação previstas no edital, na forma ali estabelecida;
- VI - no caso de contratação, o consórcio deverá manter sua constituição durante toda a vigência do contrato.

1.14.4. A admissão de consórcios encontra-se devidamente justificada, em conformidade com o disposto no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, como medida de ampliação da competitividade, eficiência e vantajosidade da contratação pública.

1.15. DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP

1.15.1. Nos termos da regulamentação aplicável ao Sistema de Registro de Preços, avaliou-se a possibilidade de realização da **Intenção de Registro de Preços – IRP**, com vistas à participação de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

1.15.2. Contudo, considerando as **características específicas do objeto**, bem como o fato de que a contratação atende **demandas próprias e planejamento institucional da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF**, envolvendo solução padronizada destinada à **implantação de estruturas modulares de apoio à infraestrutura das unidades de saúde da rede pública distrital**, **não se mostra adequada a realização de IRP**, uma vez que não se identificou, no momento do planejamento da contratação, interesse de outros órgãos ou entidades na utilização da futura Ata de Registro de Preços.

1.15.3. Dessa forma, a presente contratação será conduzida **sem a realização prévia de IRP**, permanecendo a Ata de Registro de Preços destinada exclusivamente ao atendimento das demandas da **SES/DF**, sem prejuízo das hipóteses legais de adesão por órgãos ou entidades não participantes, caso devidamente autorizadas e observada a regulamentação vigente.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF enfrenta, de forma recorrente, dificuldades relacionadas à guarda, organização e gestão de insumos hospitalares não perecíveis e equipamentos ociosos, em razão da insuficiência de espaços físicos adequados, padronizados e tecnicamente apropriados nas unidades da rede.

2.2. Atualmente, a ausência de infraestrutura logística específica para essa finalidade resulta na utilização de áreas improvisadas, subdimensionadas ou originalmente destinadas a outras atividades, o que compromete a organização dos estoques, a rastreabilidade patrimonial, a segurança sanitária e a eficiência operacional das unidades de saúde, além de ocasionar a ocupação indevida de áreas assistenciais, técnicas ou administrativas.

2.3. Ressalta-se que a necessidade de armazenamento de insumos e equipamentos possui **caráter permanente e estrutural**, uma vez que a dinâmica da rede de saúde envolve, de forma contínua, a substituição de materiais, a obsolescência de equipamentos e o desfazimento de bens inservíveis, os quais são continuamente sucedidos por novos itens ao longo do tempo.

2.4. Diante desse cenário, identificou-se a necessidade de implantação de **infraestrutura permanente de apoio logístico**, por meio de galpões modulares padronizados, estrategicamente distribuídos por regiões de saúde, de modo a atender não apenas as unidades onde se localizam, mas também funcionar como pontos de apoio regional para a gestão e o armazenamento de materiais da rede.

2.5. A solução proposta visa, portanto, racionalizar a logística, liberar áreas assistenciais, aprimorar a gestão patrimonial e assegurar maior eficiência e segurança na guarda de insumos e equipamentos, em consonância com o planejamento institucional da SES/DF e com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

2.6. A contratação tem por finalidade a **execução completa das estruturas**, incluindo:

- atividades preliminares necessárias à preparação do local e à instalação dos módulos pré-fabricados;
- adequações pontuais de base, nivelamento e fixação necessárias para a estabilidade das estruturas modulares;
- montagem da estrutura metálica modular e instalação dos painéis de vedação;
- instalação da cobertura termoacústica e dos elementos de fechamento;
- instalação dos sistemas elétricos, iluminação e drenagem superficial necessários ao funcionamento dos módulos;
- execução de acabamentos complementares e adequações finais;
- entrega da documentação técnica resultante da montagem e instalação (incluindo registros fotográficos e de conformidade).

2.7. Os galpões foram concebidos com base em critérios de **modularidade, durabilidade, desempenho estrutural e compatibilidade com o uso hospitalar**, atendendo às normas da ABNT, às diretrizes da vigilância sanitária, do Corpo de Bombeiros (CBMDF) e aos regulamentos técnicos aplicáveis à infraestrutura de saúde pública.

2.8. A presente contratação é considerada **estratégica, preventiva e estruturante**, pois contribui diretamente para a melhoria da gestão

patrimonial, a desobstrução de áreas operacionais e o fortalecimento logístico das unidades da SES/DF. Trata-se de medida alinhada ao Plano Distrital de Saúde e aos princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade da administração pública.

Fundamentação Legal

2.9. A contratação obedecerá ao disposto a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, regulamentado pelo Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de Março de 2023, e demais alterações posteriores, bem como demais normativos constantes no instrumento convocatório e seus anexos.

Em consonância com o §2º do Art 27, do Decreto nº 46.174, de 22 de agosto de 2024, que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal, as minutas-padrão de editais de licitação, contratos, convênios e demais ajustes administrativos a serem utilizados pelos órgãos e entidades do Distrito Federal devem conter cláusula de observância às práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual.

Princípio da Padronização

2.10. Em relação ao princípio da padronização, disposto na Seção VI - Da Padronização- do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023 e artigos 40 e 47 da Lei nº 14.133, de 2021, e ainda em atendimento ao princípio da eficiência, uma vez que a padronização gera ganhos para a administração em termos de economicidade, a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC/DF) mantém uma unidade de catalogação, a qual executa todas as catalogações de itens a serem contratados, em conformidade com a Portaria n.º 135, de 26 de julho de 2016, a qual é utilizada para a classificação de despesas e catalogação de itens.

Sistema TR Digital

2.11. O proveito do Sistema TR Digital, ferramenta informatizada integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, conforme estipulado na Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, não foi realizado, uma vez que não está institucionalizado no âmbito do Governo do Distrito Federal (GDF).

Minuta Padronizada

2.12. Ainda, cabe ressaltar que foi utilizado como minuta padronizada para confecção do presente termo de referência, no que coube, o modelo para compras aprovado pela Advocacia-Geral da União, enquanto não sobrevenha o modelo a ser aplicado no âmbito do Distrito Federal, tendo em vista o permissivo do inciso III, art. 36, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023 e o item 2.5.3., do Parecer Referencial SEI-GDF n.º 45/2024 - PGDF/PGCONS.

2.13. Ressalta-se que foram realizadas adaptações necessárias em atenção à realidade e às exigências do Distrito Federal, bem como ao objeto licitado, em consonância com o despacho da Procuradoria Geral do Distrito Federal constante no processo 00020-00026364/2018-82.

PLANO CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA

2.14. A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, estando devidamente registrada no sistema próprio de planejamento das contratações.

Nº ITEM	ID PCA	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE PREVISTA DA COMPRA/CONTRATAÇÃO	QUANTIDADE PREVISTA NO PCA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO NO PCA	VALOR TOTAL ESTIMADO NO PCA
1	42690	Instalação e montagem de galpões modulares pré-fabricados com estrutura metálica, vedação em painéis modulares, cobertura termoacústica e instalações básicas necessárias ao funcionamento.	11	11	R\$ 10.000.000,00	R\$ 10.000.000,00

2.15. O objeto da contratação está previsto na PLOA de 2025.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

2.15.1. A estimativa da presente contratação foi fundamentada em diagnóstico técnico realizado pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA/SINFRA), com base nas necessidades identificadas nas unidades hospitalares e no Parque de Apoio da SES/DF, bem como nos projetos executivos padronizados elaborados internamente para a implantação dos galpões modulares.

2.15.2. Instalação e montagem de 11 (onze) galpões modulares pré-fabricados com estrutura metálica e painéis de vedação, com área aproximada de 279,868 m² por unidade, conforme parâmetros construtivos previamente definidos nos projetos executivos padronizados elaborados pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA/SINFRA.

2.15.3. Dentre os principais serviços estimados, destacam-se:

- preparação e nivelamento das áreas destinadas à instalação das estruturas modulares, conforme as condições do solo em cada local;
- montagem da estrutura metálica modular, com pórticos e perfis em aço galvanizado, incluindo sistemas de fixação e ancoragem;
- instalação dos sistemas de vedação por meio de painéis modulares industrializados, com desempenho termoacústico adequado;
- instalação da cobertura metálica termoacústica tipo sanduíche, com calhas e condutores pluviais integrados;
- instalação do piso em concreto pré-misturado ou solução padronizada de base regularizada, conforme especificações técnicas de uso logístico;
- instalação dos sistemas elétricos e de iluminação, bem como adequações superficiais de drenagem no entorno imediato da edificação modular;
- execução de acabamentos complementares, pinturas de proteção e elementos de ventilação natural;
- entrega da documentação técnica da instalação e montagem, incluindo registros fotográficos e relatórios de conformidade.

2.15.4. As quantidades específicas por serviço estão detalhadas na planilha orçamentária estimativa anexa, elaborada com base nas composições do SINAPI (Região RIDE-DF), nos projetos executivos e em parâmetros de desempenho compatíveis com o uso hospitalar e logístico.

2.15.5. A contratação será realizada em lote único, abrangendo a totalidade dos 11 (onze) galpões modulares a serem implantados em 08

(oito) unidades hospitalares e 03 (três) galpões no Parque de Apoio da SES/DF, de modo a assegurar a padronização técnica da solução, a uniformidade de execução, a adequada gestão contratual e a racionalização administrativa da contratação.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A presente contratação tem como objetivo a instalação e montagem, por empresa especializada, de galpões modulares com estrutura metálica e painéis de vedação industrializados, conforme projetos executivos constantes nos autos do processo administrativo e disponibilizados pela CONTRATANTE por ocasião da emissão da respectiva Ordem de Serviço..

3.2. A solução proposta contempla todas as etapas operacionais necessárias para a implantação das estruturas modulares, desde a preparação das áreas até a entrega final da documentação técnica.

3.3. Os galpões serão implantados em unidades hospitalares e no Parque de Apoio da SES/DF, e destinam-se ao armazenamento de insumos hospitalares não perecíveis e equipamentos ociosos, promovendo a desobstrução de áreas assistenciais, a organização patrimonial e a otimização da logística hospitalar.

3.4. **Etapas da Solução Técnica**

3.4.1. A execução será organizada da seguinte forma:

3.4.2. **Mobilização e Preparação do Canteiro**

3.4.3. Antes do início da execução física, a contratada deverá realizar a mobilização técnica e logística de cada local, com foco em segurança, organização e não interferência nas atividades assistenciais:

- Implantação do canteiro conforme NR-18 (tapumes, áreas segregadas, sinalização, instalações provisórias);
- Apresentação do Plano de Obra e do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC);
- Delimitação das áreas de intervenção com isolamento das zonas operacionais.

3.4.4. **Infraestrutura Civil e Fundações**

- regularização superficial e compactação controlada das áreas destinadas à instalação dos módulos, conforme parâmetros técnicos aplicáveis;
- execução de apoios, blocos e elementos de suporte necessários à fixação das estruturas modulares, conforme especificações do projeto;
- instalação de dispositivos de drenagem periférica, com calhas, grelhas e elementos de escoamento superficial.

3.4.5. **Estrutura Metálica e Vedação**

- montagem da estrutura metálica modular, conforme NBR 8800 e NBR 14762;
- instalação dos painéis de vedação industrializados, com desempenho termoacústico e vedação adequada;
- aplicação de acabamentos e selagens conforme as especificações técnicas do projeto.

3.4.6. **Cobertura, Piso e Instalações**

- instalação de cobertura metálica termoacústica tipo sanduíche (PIR ou equivalente);
- instalação de base regularizada ou solução de piso técnico conforme especificações do projeto;
- instalação dos sistemas elétricos, quadros, pontos de iluminação, dutos e proteção elétrica (DPS/DR);
- instalação de portas metálicas, venezianas e dispositivos de ventilação natural.

3.4.7. **Controle de Qualidade e Documentação Final**

- Registro fotográfico das fases da obra;
- Relatórios de conformidade e ensaios (quando aplicáveis);
- Entrega de documentação final *As Built*, incluindo localização dos elementos, plantas revisadas e memoriais.

Ciclo de Vida do Objeto

3.5. A presente contratação foi desenhada considerando todas as fases do ciclo de vida do objeto:

Etapas	Responsável Principal	Entregas e Produtos Gerados
Planejamento	DEA/SINFRA	ETP, TR, projetos executivos, planilha orçamentária
Autorização (OS)	Fiscal Técnico	Emissão de OS com escopo, cronograma e restrições
Execução	Contratada + Fiscalização	Realização dos serviços conforme projeto, normas e OS

Aferição Técnica	Fiscal Técnico/Administrativo	Medições, registros fotográficos, verificação de conformidade
Recebimento Provisório	Fiscal Técnico/Administrativo	Termo de recebimento provisório, relatório técnico
Recebimento Definitivo	Comissão Designada	Termo de recebimento definitivo com avaliação final
Pós-Obra e Garantia	Contratada + Fiscalização	Correções durante o prazo de garantia, conforme prazos legais e contratuais

3.6. A sistemática proposta garante previsibilidade, segurança jurídica e eficiência na execução dos serviços, assegurando a continuidade da operação das unidades de saúde e a integridade da **infraestrutura física e logística** da SES/DF.

3.7. Metodologia e Procedimentos

3.7.1. A realização dos serviços será efetuada mediante emissão de **Ordem de Serviço (OS)**, que detalhará o escopo da atividade, local, prazo, medidas de segurança e cronograma físico-financeiro. É expressamente vedado o início de qualquer etapa sem a autorização formal da fiscalização técnica da DEA/SINFRA.

3.7.2. Demandas adicionais poderão ser autorizadas por meio de **OS complementares**, dentro dos limites contratuais e com base nos procedimentos legais de reequilíbrio econômico-financeiro, quando aplicável.

3.7.3. A abordagem adotada assegura **previsibilidade, rastreabilidade e conformidade legal**, promovendo a eficiência administrativa, a durabilidade da solução e a continuidade operacional das unidades da SES/DF.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A realização dos serviços objeto desta contratação deverá ser conduzida por empresa especializada na área de engenharia, legalmente constituída, devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e autorizada para o exercício de suas atividades, conforme legislação vigente. A empresa deverá atender integralmente às exigências técnicas, operacionais e normativas previstas neste Termo de Referência, observando as boas práticas de engenharia, os princípios da sustentabilidade e as normas de segurança aplicáveis.

4.2. A realização dos serviços comuns de engenharia deverá assegurar o funcionamento contínuo, seguro e confiável dos equipamentos, sistemas e instalações, preservando-lhes as características e o desempenho, além de obedecer rigorosamente às normas e legislações específicas listadas neste instrumento.

4.3. A Contratada deverá dispor de equipe suficiente para atender aos requisitos do instrumento convocatório, em especial quanto aos padrões de qualidade, respeitando a legislação vigente e cumprindo os prazos estabelecidos neste instrumento.

4.3.1. É responsabilidade da empresa garantir que seus profissionais utilizem Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados e estejam devidamente identificados e uniformizados, conforme exigido pela legislação, incluindo as normas NR-18, NR-35 e NR-10, dependendo das atividades a serem desempenhadas.

4.4. Comprovação de registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), conforme art. 59º da Lei nº 5.194/66; art. 3º da Resolução CONFEA nº 1.121/2019; art. 9º da Resolução CONFEA nº 218/73 e Acórdão TJDFT 333.184.

4.5. O vínculo do(s) Responsável(eis) Técnico(s) indicado(s) pela empresa deverá ser demonstrado apenas pela empresa vencedora, no momento da contratação (Decisão nº 002/2012 do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF), por meio de apresentação de contrato social, no caso de sócio ou diretor da empresa, publicação na imprensa relativa a eleição de diretoria, quando se tratar de sociedade anônima, contrato de trabalho em CTPS, quando se tratar de empregado, ou contrato civil de prestação de serviço, quando se tratar de profissional autônomo, firmado entre a proponente e o respectivo profissional, ou por qualquer outro meio legalmente admitido.

4.6. A empresa deverá nomear Engenheiro(s) Responsável(eis) Técnico(s) que possuam comprovado acervo técnico, conforme atestados apresentados durante a licitação. Estes profissionais deverão assumir diretamente a responsabilidade técnica pelas atividades previstas no objeto, garantindo sua qualidade e conformidade.

4.7. Indicação de instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto, nos termos do art. 67, inciso III da Lei nº 14.133/21, constando da declaração de concordância do(s) profissional(is) que assumirá(ão) a responsabilidade técnica, devendo constar, necessariamente, o(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) de capacitação técnico-profissional.

4.8. A empresa contratada deverá ter disponibilidade de equipamentos, ferramentas, instalação física apropriada e específica, bem como pessoal técnico especializado, com registro no conselho de classe profissional equivalente ao profissional indicado pela empresa, para o cumprimento do objeto da licitação, utilizando mão de obra especializada, devendo a contratada estar vinculada às especificações de Normas Técnicas Gerais exigidas pelo conselho de classe profissional, Normas Técnicas da ABNT e legislação vigente, para a realização de cada serviço descrito neste Instrumento.

4.9. A empresa vencedora deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

4.10. Declaração de que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21 na forma do modelo fornecido.

4.11. Será condição de habilitação a entrega de Declaração do licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato.

4.12. Declarar sob as penas da lei, a superveniência de fatos impeditivos para a habilitação no certame (exigida somente quando houver), ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, na forma do modelo fornecido.

Referências Normativas

- **Lei nº 14.133/2021 e Decreto Distrital nº 44.330/2023** – Licitações e contratos públicos;
- **Resoluções do CONFEA/CREA** – Responsabilidade técnica e exercício profissional;
- **Normas da ABNT**, com destaque para:
 - NBR 6118 (estruturas de concreto),
 - NBR 6122 (fundações),
 - NBR 9575 (impermeabilização),
 - NBR 8800 e 14762 (estruturas metálicas),
 - NBR 5410 (instalações elétricas),
 - NBR 15575 (desempenho);
- **NRs aplicáveis**: todas as aplicáveis, principalmente NR-10, NR-18 e NR-35;
- **Lei Distrital nº 4.770/2012** – Sustentabilidade na Administração Pública;
- **Resolução ANVISA nº 50/2002** – Projetos físicos de unidades assistenciais de saúde.

Subcontratação

- 4.13. A CONTRATADA deverá executar diretamente a parcela principal do objeto contratado, sendo vedada a subcontratação integral do contrato.
- 4.14. Será admitida a subcontratação parcial de atividades acessórias ou de alta especialização técnica, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE, observando-se as seguintes condições:
- 4.15. a subcontratação não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;
- 4.16. A CONTRATADA permanecerá integralmente responsável perante a Administração pela plena realização do objeto, respondendo solidariamente com a subcontratada por quaisquer danos, falhas ou irregularidades na execução dos serviços.
- 4.17. a CONTRATADA deverá apresentar, para aprovação da CONTRATANTE, os dados de qualificação jurídica, fiscal e técnica da empresa subcontratada, antes do início da execução dos serviços.

Sustentabilidade

- 4.18. A licitante deverá observar, em todas as fases do procedimento licitatório, as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, a apresentação de documentos físicos, copiados ou impressos, apenas quando necessário, preferencialmente através de papel reciclado, e de forma a não frustrar a competitividade.
- 4.19. A licitante deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade estabelecidos no Art. 29 da Lei Distrital nº 4.770/2012, que institui critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal direta, autárquica e fundacional, bem como das empresas estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos mínimos de desempenho ambiental aplicáveis ao objeto.
- 4.20. Caberá ao responsável pela prestação dos serviços adotar as melhores práticas de sustentabilidade no desempenho das atividades.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Garantia Contratual

- 5.1. A CONTRATADA poderá ser exigida a prestar **garantia contratual** para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, **nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021**, limitada a **até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato**, conforme definido no instrumento convocatório.
- 5.2. A garantia contratual poderá ser prestada, a critério da CONTRATADA, nas seguintes modalidades legalmente admitidas:
 - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
 - seguro-garantia; ou
 - fiança bancária.
- 5.3. A garantia contratual, quando exigida, **terá vigência durante todo o prazo de execução contratual**, podendo ser acionada pela Administração nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas cabíveis.
- 5.4. A exigência de garantia contratual **não afasta** a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto, nem limita a possibilidade de aplicação de penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

Garantia Legal

- 5.5. Independentemente da exigência ou não de garantia contratual, a CONTRATADA permanecerá **integralmente responsável pela garantia legal dos serviços executados**, nos termos da legislação civil aplicável, especialmente quanto à **solidez, segurança, qualidade e adequação técnica do objeto entregue**.
- 5.6. A garantia legal decorre **exclusivamente da lei, não se confundindo** com a garantia contratual e **independe de previsão expressa no contrato ou de prestação de garantia financeira**.
- 5.7. Durante o prazo da garantia legal, a CONTRATADA será obrigada a **corrigir, reparar ou substituir**, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto que apresentar vícios, defeitos ou inconformidades decorrentes da execução dos serviços, sempre que constatados pela fiscalização.

Independência dos Institutos

A **garantia contratual** e a **garantia legal** constituem **institutos jurídicos distintos, autônomos e cumulativos**, possuindo

finalidades diversas:

a garantia contratual tem natureza **financeira**, destinada a resguardar a Administração contra inadimplemento das obrigações assumidas;

a garantia legal tem natureza **técnico-jurídica**, destinada a assegurar a qualidade, a durabilidade e a segurança do objeto executado.

5.8. A eventual dispensa da garantia contratual **não implica renúncia**, redução ou afastamento da garantia legal, que permanece plenamente exigível durante o prazo legal aplicável.

Das Condições de Subcontratação e da Fiscalização

5.9. A subcontratação será admitida de forma **excepcional e restrita**, exclusivamente para parcelas **acessórias, complementares ou de alta especialização técnica**, que **não integrem o núcleo essencial do objeto**, observados os limites e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

5.10. São consideradas passíveis de subcontratação, **desde que tecnicamente justificadas e previamente autorizadas pela Administração**, atividades tais como:

serviços especializados de fundações específicas, quando exigidos por condições geotécnicas locais;

serviços técnicos especializados de montagem, tratamento anticorrosivo ou proteção estrutural de elementos metálicos;

serviços complementares de impermeabilização, ensaios, testes e comissionamentos técnicos específicos;

fornecimento e instalação de sistemas ou componentes industriais padronizados, desde que não comprometam a integração global da solução.

5.11. Fica **expressamente vedada** a subcontratação de atividades **essenciais**, relacionadas à coordenação geral da execução, planejamento, gestão da obra, controle físico-financeiro, responsabilidade técnica global, interlocução com a fiscalização e **entrega final do objeto**, as quais permanecerão sob responsabilidade ****integral e exclusiva da CONTRATADA principal**.

5.12. A subcontratação, quando autorizada, deverá observar **cumulativamente** os seguintes critérios objetivos:

I - limitação máxima de 30% (trinta por cento) do valor total contratado;

II - inexistência de fragmentação do objeto principal;

III - manutenção da padronização construtiva e da compatibilidade técnica entre os sistemas;

IV - apresentação prévia da qualificação técnica e da regularidade jurídica da subcontratada;

V - formalização expressa da autorização pela Administração, previamente ao início da execução da atividade subcontratada.

5.13. Compete à fiscalização técnica designada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF acompanhar, controlar e validar a execução das atividades subcontratadas, cabendo-lhe:

verificar a conformidade técnica dos serviços executados;

exigir o cumprimento das especificações, normas técnicas e diretrizes do projeto;

registrar ocorrências e não conformidades;

atestar medições exclusivamente dos serviços efetivamente executados e aprovados.

5.14. Ressalta-se que a existência de subcontratação **não afasta, não mitiga nem transfere** à Administração ou à fiscalização qualquer parcela de responsabilidade da CONTRATADA principal, que permanecerá **integralmente responsável** pela execução do objeto, pela qualidade dos serviços, pelo cumprimento dos prazos e pelas obrigações contratuais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Obrigações da Contratada

5.15. Realizar a prestação dos serviços de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

5.16. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por meio da unidade gestora do contrato no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

5.17. Responder integralmente pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização, ou o acompanhamento empreendido pelo contratante.

5.18. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas neste instrumento, além de sujeitar-se a outras obrigações no Código de Proteção e Defesa do Consumidor Lei Federal n.º 8.078, de 1990, que sejam compatíveis com o regime de Direito Público.

5.19. Comunicar por escrito eventual atraso, apresentando justificativas que serão objeto de apreciação pela contratante.

5.20. Atender, no prazo fixado, às solicitações do fiscal técnico, fiscal administrativo e/ou gestor do contrato.

5.21. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, responsabilizando-se por todas as obrigações e despesas decorrentes da realização dos serviços objeto deste Termo de Referência.

5.22. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução do objeto do presente termo de referência, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, fretes; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, sem qualquer ônus à contratante.

5.23. Assegurar que a prestação de serviços estará em consonância com as normas vigentes e demais legislações relacionadas à sua natureza, de forma a garantir a qualidade do serviço apresentado, conforme art. 42, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.24. Não alegar, em hipótese alguma, como justificativa qualquer desconhecimento, dúvida ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato ou das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes ao objeto.

5.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja

satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

5.26. A contratada deverá observar as alterações introduzidas pela Lei nº 14.973/2024, inclusive quanto ao regime de transição da contribuição previdenciária substitutiva da folha de pagamento, aplicando-se a regra vigente à época da execução contratual, sem prejuízo da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Obrigações da Contratante

5.27. Receber o serviço contratado e atestar a Nota Fiscal/Fatura desde que atendidas todas as exigências e especificações constantes no termo de referência.

5.28. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e sua proposta.

5.29. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.30. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, fixando prazo para a sua correção.

5.31. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos serviços no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.

5.32. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, ao local de prestação de serviços, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante do CONTRATANTE.

5.33. Determinar providências que entender necessárias visando suprir ou sanar irregularidades, atrasos e falhas ocorridas.

5.34. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação de serviços em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

Vistoria

5.35. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08h00 horas às 17h00 horas.

5.36. A licitante poderá realizar vistoria técnica nas unidades elencadas neste Termo de Referência, para verificar as condições reais dos locais e subsidiar a elaboração da proposta comercial.

5.37. Caso opte pela realização da vistoria, a licitante deverá apresentar a “Declaração de Vistoria”, conforme modelo constante no **APÊNDICE IV**, assinada por seu responsável técnico e pela fiscalização da SES/DF.

5.37.1. A proponente que desejar vistoriar os locais deverá agendar horário através desta SINFRA por meio do e-mail sinfra@saude.df.gov.br e/ou telefone (61) 3449-4248.

5.37.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.37.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.37.4. A empresa interessada em realizar a vistoria terá até o fim do último dia útil imediatamente anterior à data marcada da sessão de licitação, para realizar a visita nos locais da prestação do serviço, objeto desta contratação.

5.38. Caso opte por não realizar a vistoria, a licitante deverá apresentar a “Declaração de Desistência de Vistoria”, conforme modelo constante no **APÊNDICE V**, assumindo integral responsabilidade pela elaboração da proposta e execução dos serviços, sem direito a pleitos posteriores por desconhecimento das condições locais.

5.38.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Disposição Preliminares

6.1. O contrato deverá ser cumprido fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de eventual descumprimento parcial ou total.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade deverá permitir, consoante com as normas internas, o acesso dos empregados da contratada às suas instalações, para entrega dos produtos solicitados.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Durante a execução, o contratante deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou pendências observadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Preposto

6.7. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.8. A Contratada deverá manter preposto da empresa nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

6.9. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que

a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização.

- 6.10. A fiscalização do contrato será exercida pela SES/DF, por meio de servidor(es) designado(s), com foco no acompanhamento da execução das Ordens de Serviço, verificação da conformidade dos serviços com os projetos executivos e especificações técnicas e ateste das entregas correspondentes a cada galpão modular executado, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.11. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 6.12. Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela Superintendência da Região de Saúde, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

Fiscalização Técnica.

- 6.13. O fiscal técnico acompanhará a prestação dos serviços, para assegurar que todas as condições estabelecidas no contrato sejam atendidas, conforme o inciso VI do art. 24 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.
- 6.14. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com §1º, do art. 117, Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso II do art. 24 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.
- 6.15. Identificada qualquer irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificação para correção da prestação dos serviços, determinando prazo para saneamento, conforme o inciso III do art. 24 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.
- 6.16. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor a ocorrência de fato que ultrapasse sua competência, para adoção das medidas necessárias, conforme o inciso IV do art. 24 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.
- 6.17. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, conforme o inciso V do art. 24 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.
- 6.18. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual, conforme o inciso VII do art. 24 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.

Fiscalização Administrativa

- 6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme o inciso II do art. 25 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.
- 6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, conforme o inciso IV do art. 25 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.

Gestor do Contrato

- 6.21. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, conforme o inciso IV do art. 23 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.
- 6.22. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à prestação dos serviços e às medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior, aquelas que ultrapassarem a sua competência, conforme o inciso II do art. 23 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.
- 6.23. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme o inciso III do art. 23 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.
- 6.24. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na prestação dos serviços, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e às eventuais penalidades aplicadas...
- 6.25. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso, consoante ao inciso X do art. 23 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.
- 6.26. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, conforme o inciso VI do art. 23 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.
- 6.27. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

- 7.1. Os Instrumentos de Medição de Resultado (IMR) são uma disposição, pactuada entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, que definem critérios objetivos de mensuração de resultados, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, que possibilite a Administração verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos.
- 7.2. Abaixo seguem os Indicadores de Desempenho, a serem utilizados nos Instrumentos de Medição de Resultado do objeto deste Termo de referência:

INDICADOR 01 - Descumprimento do prazo de execução da Ordem de Serviço	
FINALIDADE	Assegurar o cumprimento tempestivo da execução integral do galpão modular correspondente à Ordem de Serviço emitida.

META A CUMPRIR	Entrega do galpão modular completo, em plenas condições de uso, dentro do prazo estabelecido na Ordem de Serviço.
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Ordem de Serviço emitida e termo de recebimento do galpão.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Executor de Contrato.
PERIODICIDADE	Por demanda, conforme emissão de Ordem de Serviço.
MECANISMO DE CÁLCULO	Contagem dos dias de atraso entre o prazo final previsto na Ordem de Serviço e a data de entrega integral do galpão modular.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	A partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo da Ordem de Serviço.
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	1º dia de atraso – glosa de 0,68% do valor da OS 2º dia de atraso – glosa de 1,36 % do valor da OS 3º dia de atraso – glosa de 2,04% do valor da OS 4º dia de atraso – glosa de 2,72% do valor da OS 5º dia de atraso – glosa de 3,40% do valor da OS 6º dia de atraso – glosa de 4,08% do valor da OS 7º dia de atraso – glosa de 4,76% do valor da OS 8º dia de atraso – glosa de 5,44% do valor da OS 9º dia de atraso – glosa de 6,12% do valor da OS 10º dia de atraso – glosa de 6,80% do valor da OS

7.3. Os indicadores de desempenho e os instrumentos de medição dos resultados da execução contratual poderão, a qualquer tempo e mediante comum acordo entre as partes, ser ajustados, ampliados ou reduzidos, desde que devidamente formalizados por meio de Termo Aditivo ao contrato.

7.4. Medição:

7.4.1. A medição dos serviços será realizada com base na Ordem de Serviço emitida, considerando a **execução integral do galpão modular**, devidamente aferida e atestada pela fiscalização. O valor a ser faturado corresponderá ao **valor integral da respectiva Ordem de Serviço**, observadas as glosas eventualmente aplicáveis nos termos deste Instrumento de Medição de Resultado.

7.4.2. A contratante emitirá a Planilha de Cálculo dos Serviços Executados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento do período de referência, a qual deverá ser analisada e validada pela contratada antes da emissão da Nota Fiscal.

7.5. Não haverá pagamento por metas superadas nem bonificação por alocação adicional de recursos humanos ou materiais.

7.6. A execução de quantitativos adicionais das atividades previstas somente será permitida mediante anuência formal da fiscalização e revisão da respectiva Ordem de Serviço.

7.7. A superação de um indicador não compensará o não atendimento de outro.

7.8. A utilização dos instrumentos de medição de resultados não exclui nem limita a aplicação de outros mecanismos de controle, fiscalização e aferição da qualidade dos serviços executados, podendo a administração utilizar relatórios fotográficos, pareceres técnicos, checklists de conformidade e outros registros para fins de avaliação do desempenho contratual.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução das Ordens de Serviço e da entrega integral do galpão modular correspondente utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no tópico específico INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS, para aferição da qualidade da prestação dos serviços e do cumprimento dos resultados pactuados.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento da respectiva Ordem de Serviço, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.2.1. não produzir os resultados vinculados à Ordem de Serviço emitida ou à execução integral do galpão modular correspondente;

8.2.2. deixou de executar, ou executou de forma incompleta ou em desconformidade, as obrigações vinculadas à Ordem de Serviço emitida ou à execução integral do galpão modular correspondente;

8.2.3. deixou de disponibilizar os meios necessários (equipes, insumos e condições mínimas operacionais) para a execução integral do galpão modular correspondente à Ordem de Serviço emitida, ou os utilizou em qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de avaliação da prestação dos serviços, tais como registros fotográficos, checklists de conformidade, pareceres técnicos e relatórios de fiscalização.

Do Recebimento

8.4. Para fins de recebimento, os serviços executados serão avaliados com base nas Ordens de Serviço emitidas pela Administração, considerando-se concluída cada etapa quando comprovado o atendimento integral das atividades previstas na respectiva OS, mediante termo detalhado assinado pelos fiscais técnico e administrativo.

8.4.1. O recebimento provisório será realizado pelos fiscais técnico e administrativo, mediante atesto nos relatórios de execução e comprovação do cumprimento das exigências técnicas e administrativas aplicáveis.

8.4.2. O recebimento definitivo será formalizado após o prazo legal, mediante análise dos fiscais competentes quanto à conformidade, qualidade e integralidade dos serviços executados, nos termos da legislação vigente.

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e arts. 24, X e 25, VII do Decreto nº 44.330/2023).

8.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.5.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 24, X do Decreto nº 44.330, de 2023).

8.5.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 25, VII do Decreto nº 44.330, de 2023).

8.5.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.6. Para o recebimento provisório do serviço, deverá ser preenchido termo conforme **APÊNDICE V** deste termo de referência.

8.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado

das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.7.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, refazer ou adequar, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que tenham sido sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/2021).

8.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

8.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Art. 23, VIII do Decreto nº 44.330, de 2023).

8.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.10. Para o recebimento definitivo do serviço, deverá ser preenchido termo conforme **APÊNDICE VI** deste termo de referência.

8.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133/2021](#), comunicando à empresa para emissão de Nota Fiscal correspondente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade técnico-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites de suas atribuições regulamentares.

8.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.14. Conforme o art. 56 do Decreto Distrital nº 32.598/2010, fica o órgão central de administração financeira responsável pela orientação normativa referente à liquidação da despesa.

8.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.17.1. o prazo de validade;

8.17.2. a data da emissão;

8.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.17.5. o valor a pagar; e

8.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.18. A Nota de Lançamento - NL deverá ser emitida após a regular liquidação da despesa, conforme o art. 62 do Decreto nº 32.598/2010.

8.19. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

8.20. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à

documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

- 8.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual ou ao cancelamento da respectiva **Ordem de Serviço**, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 8.26. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 8.27. Passados 15 (quinze) dias corridos sem o devido pagamento por parte da administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação *pro rata tempore* do IPCA, nos termos do art. 3º, do Decreto Distrital n.º 37.121, de 16 de fevereiro de 2016.

Forma de pagamento

- 8.28. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.
- 8.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.30. Quando houver o pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.30.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente quando realizar-se o pagamento.
- 8.31. As condições de pagamento seguem as normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, conforme Decreto Distrital n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, e alterações vigentes.

Cessão de crédito

- 8.32. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.
- 8.33. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 8.34. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo ou, quando aplicável, à formalização específica vinculada à respectiva **Ordem de Serviço**.
- 8.35. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).
- 8.36. O crédito a ser pago ao cessionário será exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução integral do galpão modular correspondente à **Ordem de Serviço**, permanecendo absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes de direito público incidentes sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento condicionado à efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, bem como o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração, nos termos da Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020, e seus anexos.
- 8.37. A cessão de crédito não afetará a execução da respectiva **Ordem de Serviço**, a qual continuará sob a integral responsabilidade da contratada.
- 8.38. Esse tópico foi adicionado tendo em vista que a Secretaria de Saúde do DF recebe recursos oriundos do DF e também da União.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote/item, em atenção aos arts. 114 e 195 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, e aos incisos I e II, do art. 33 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 9.2. A adjudicação será realizada por **lote único**, no âmbito de um único procedimento licitatório.
- 9.3. A adoção do lote único justifica-se pela necessidade de garantir a padronização construtiva dos galpões modulares, a compatibilidade técnica entre os sistemas empregados, a racionalização da gestão contratual e da fiscalização, bem como a atribuição de responsabilidade técnica e contratual integral à contratada pela execução completa do objeto.
- 9.3.1. Os galpões a serem implantados possuem concepção arquitetônica, estrutural e funcional padronizada, com requisitos técnicos homogêneos, sistemas construtivos equivalentes e diretrizes de desempenho comuns, cuja execução integrada assegura uniformidade de qualidade, desempenho e manutenção futura.
- 9.3.2. A execução por um único contratado garante a compatibilidade técnica entre os sistemas construtivos, estruturais e complementares, mitigando riscos de incompatibilidades, sobreposições de responsabilidades e falhas de integração que poderiam advir da

contratação fragmentada.

9.3.3. Adicionalmente, a contratação em lote único racionaliza a gestão contratual e a atuação da fiscalização, reduz interfaces administrativas, facilita o controle técnico, físico e financeiro da execução e fortalece a governança do contrato, com atribuição clara e integral de responsabilidades.

9.3.4. Ressalta-se, ainda, que a divisão do objeto em lotes, no caso concreto, não agregaria ganhos relevantes de competitividade, podendo, ao contrário, gerar assimetrias técnicas, elevação de custos indiretos, maior complexidade de coordenação e aumento dos riscos operacionais, especialmente considerando o contexto de uso institucional e ambiente sensível das unidades da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

9.3.5. Dessa forma, a contratação em lote único revela-se a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional, econômico e jurídico, em consonância com os princípios do planejamento, da eficiência administrativa, da padronização e da segurança jurídica, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.4. Será adotado para o envio de lances o **modo de disputa “aberto”**, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, nos termos do art. 56, I, da Lei 14.133/2021 e Art. 123, I, do Decreto 44.330/2023.

9.4.1. A opção pelo regime "aberto" tem como objetivo principal fomentar a transparência, a competitividade e a eficiência na contratação do objeto.

9.4.2. A adoção desse regime visa garantir, ainda, uma participação mais ampla de empresas interessadas, aumentando a concorrência no certame, promovendo maior competitividade e publicidade para atingir um valor mais econômico para Administração.

9.4.3. A obtenção da melhor proposta econômica está alinhada aos princípios que regem a administração pública e às legislações vigentes.

9.4.4. Nesse contexto, busca-se por parte das empresas a apresentação de preços mais competitivos visando destacar-se na concorrência, uma vez que a sessão pública de lances somente se finda quando os valores se estabilizam.

9.5. A proposta comercial deverá ser entregue devidamente assinada pelo representante legal da empresa, com o preço unitário, incluídas todas as despesas necessárias à entrega do objeto deste termo de referência, como também, todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

9.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste termo de referência e/ou edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no art. 59, incisos I, II, III, IV e V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.7. A proposta de preços terá validade mínima de 90 (noventa) dias a contar da data fixada neste instrumento para início da sessão pública, ainda que a licitante estipule prazo menor ou que não a consigne.

9.8. Para a elaboração da proposta os interessados deverão observar todo o conteúdo contido neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar anexo.

9.9. Quando cabível, deverá ser informado marca e modelo, observados os termos Termo de Referência.

9.10. A formulação da proposta implica para a proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-a responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

9.11. As proponentes deverão apresentar propostas contendo preços para todos os itens, considerando a totalidade dos serviços objeto de cada lote que queira concorrer. Haverá apenas uma única licitante contratada por lote.

9.12. A proposta da empresa deve estar em papel timbrado, datada, assinada e com a especificação em conformidade com o solicitado.

9.13. O licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum evento arrolado no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Regime de execução

9.14. O regime de execução será o de **empreitada por preço global**, aplicável à contratação sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço, sendo que cada Ordem de Serviço corresponderá à execução integral de um galpão modular completo, conforme previsto neste Termo de Referência.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.15. A proponente deverá elaborar a sua proposta de preços em moeda nacional (reais e centavos), observando as disposições do Termo de Referência, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

9.16. O critério de aceitabilidade de preços será o valor estimado para a contratação.

9.16.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha de formação de preços contendo, para cada item e para o lote, os preços unitários, os quantitativos, os respectivos descritivos e o valor global da proposta, conforme modelo constante do **APÊNDICE IX – MEMÓRIA DE CÁLCULO DO BDI, para efeito de avaliação de exequibilidade.**

9.16.2. Formação de BDI devidamente preenchida conforme **APÊNDICE IX.**

9.16.3. Composição de custo individual devidamente preenchida contendo no mínimo os materiais exigidos no tópico DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO deste Termo de Referência e informando valor unitário do insumo, valor do serviço/mão de obra, BDI conforme **APÊNDICE IX.** Sob pena de desclassificação.

9.16.4. A composição do BDI deverá observar obrigatoriamente a estrutura detalhada constante do **APÊNDICE IX – MEMÓRIA DE CÁLCULO DO BDI**, contendo todos os percentuais utilizados e a memória de cálculo, sob pena de desclassificação.

9.17. A proposta de preços apresentada pela proponente não deverá ser superior ao valor estimado para cada lote, inclusive nos itens que compõem a planilha de formação de preços.

9.18. No valor da proposta deverão estar contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos

utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações.

9.19. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e às exigências contidas neste Termo de Referência e/ou Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no Art. 59, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Exigências de habilitação

9.20. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.21. Qualificação Técnica

9.21.1. Quanto a **Habilitação Técnica**, a Licitante deverá apresentar:

9.21.1.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.21.1.2. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, emitida pelo Conselho Regional Engenharia, em nome da Empresa, e de seu (s) responsável (is) técnico (s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA com validade na data da apresentação.

9.21.1.3. Serão admitidos atestados emitidos em nome da matriz ou da filial da empresa licitante, desde que comprovem a execução de serviços compatíveis com o objeto.

9.21.1.4. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo, admite-se a soma de atestados distintos, desde que todos comprovem execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação.

I - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

II - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.21.1.5. Será aceita a comprovação mediante atestados de capacidade técnica ou ART que demonstrem experiência prévia ou atual em serviços compatíveis com o objeto, sem exigir que estejam necessariamente em execução na data da licitação.

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade Mínima
Execução de galpões modulares com estrutura metálica, vedação em alvenaria, cobertura termoacústica, piso industrial e instalações elétricas básicas, com área aproximada de 279,868 m² por unidade.	Conjunto Executado	1

9.21.2. Habilitação Técnica dos Profissionais

9.21.2.1. A empresa deverá comprovar que possui, em seu corpo técnico, pelo menos dois profissionais de nível superior:

I - Pelo menos um engenheiro civil, devidamente registrado no CREA, responsável técnico pela execução.

II - Os demais profissionais necessários à execução deverão ser indicados conforme as especificações deste Termo, sendo vedada a exigência de apresentação prévia de engenheiro de segurança do trabalho como requisito de habilitação.

9.21.2.2. Comprovação da empresa, que possui em seu corpo técnico, profissionais de nível superior com formação, conforme indicado nos itens acima, detentor de Atestado de Capacidade Técnica com CAT emitida pelo CREA e/ou CAU, em nome do(s) próprio(s) Responsável(eis) Técnico(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não a própria empresa, conforme a seguir:

Discriminação
Estruturas metálicas, em qualquer tipologia (e.g. galpão, mezanino, coberturas), utilizando perfis laminados ou formados a frio.
Execução de alvenaria em blocos cerâmicos ou de concreto.
Execução de pisos estruturais, em concreto armado.

9.21.2.3. O vínculo dos profissionais responsáveis será demonstrado apenas na contratação, em conformidade com a Decisão nº 002/2012 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, não sendo exigida a apresentação desse vínculo na fase de habilitação.

9.21.2.4. Comprovante de vínculo profissional, dos profissionais, com exceção do coordenador, que deverá fazer parte do quadro permanente da empresa, se fará:

I - Por contrato de prestação de serviço celebrado de acordo com a legislação civil, ou;

II - Por meio de cópia autenticada da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social acompanhada de cópia do Registro de Empregados, no caso de empregado da empresa, ou;

III - Declaração de disponibilidade e futura contratação do profissional assinada pelo responsável da empresa e pelo próprio profissional ou;

IV - Comprovação de registro como responsável técnico pela empresa junto à entidade competente ou;

V - Por meio do Contrato Social da Empresa ou Certidão de Pessoa Jurídica do CREA, para o sócio ou proprietário.

9.21.2.5. As empresas deverão apresentar, para fins de qualificação técnica, profissionais com atribuições compatíveis com o objeto, contendo nome completo, título profissional, número de registro no CREA ou CAU, área de atuação e natureza da relação profissional com a empresa (sócio, empregado, subcontratado ou equivalente).

9.21.2.6. A Equipe Técnica deverá ter um Coordenador, observadas as especificações deste Termo. O Coordenador atuará como elo de ligação entre a empresa vencedora e a CONTRATANTE durante a execução do contrato, sendo responsável pela integração e compatibilidade do projeto e da implantação do sistema.

9.21.3. Durante o período de vigência do contrato, será permitida a substituição dos profissionais indicados durante o processo licitatório ou o acréscimo de profissionais, desde que o novo profissional atenda aos requisitos mínimos exigidos em edital e que seja autorizada a substituição pelo Coordenador Interno do Projeto.

9.21.4. As certidões de registro no CREA emitidas via Internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão, se julgar necessário, efetuar a confirmação. Quando as certidões e/ou atestado apresentados não forem emitidos pelo contratante principal do projeto, deverá ser juntada à documentação uma declaração formal do contratante principal confirmando que o Empresa tenha participado da execução do serviço objeto do contrato.

9.21.5. A certidões, atestados e ARTs apresentados devem estar assinados pelo responsável da empresa ou órgão emitente por meio de certificado digital ou se assinado de próprio punho com reconhecimento da assinatura feito em cartório. Este reconhecimento deverá ser feito em nome do CNPJ e não do CPF do representante que assina o documento.

9.21.6. Cumpre observar que a exigência de apresentação de atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica visa garantir que a empresa proponente possui experiência prévia comprovada na execução de serviços compatíveis em características e quantidades com o objeto da contratação. Ao exigir comprovação de serviços prestados equivalentes a, no mínimo, 50% do quantitativo previsto no objeto do contrato, busca-se atestar que a empresa possui expertise e capacidade operacional suficiente para atender às necessidades do contratante. Esse parâmetro é fundamental para evitar contratações de empresas inexperientes ou incapazes de atender à escala requerida, o que poderia comprometer a execução do contrato e os objetivos do projeto.

9.21.7. Por fim, cumpre destacar que por Lei pode-se cobrar até o limite de 50% (cinquenta porcentos) de qualificação técnica.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, e às demais cominações previstas em regulamento específico que trata dos procedimentos de aplicação de sanções, resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

10.2. Independente das sanções legais cabíveis, a licitante/contratada ficará sujeita ainda ao ressarcimento das perdas e danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

10.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

der causa à inexecução parcial do contrato;

der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

der causa à inexecução total do contrato;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.4. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, Lei nº 14.133/2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, Lei nº 14.133/2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, Lei nº 14.133/2021).

IV - Multa: além das glosas previstas em Efeitos Remuneratórios, nos termos deste Termo de Referência, a contratada está sujeita à aplicação de multa:

Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 8.3, a multa será de 5% a 15% do valor do do serviço solicitado na Ordem de Serviço;

Para infração descrita na alínea “b” do subitem 8.3, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato;

Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 8.3, de 5% a 15% do valor do Contrato;

Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 8.3, a multa será de 5% a 15% do valor do do serviço solicitado na Ordem de Serviço; e

Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 8.3, de 20% a 30% do valor do Contrato.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, Lei nº 14.133/ 2021).

10.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, Lei nº 14.133/2021).

10.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, Lei nº 14.133/2021).

10.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser cobrada judicialmente (art. 156, §8º, Lei nº 14.133/2021).

10.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.11. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, Lei nº 14.133/2021):

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, Lei nº 14.133/2021).

10.14. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, Lei nº 14.133/2021).

10.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

10.16. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela referida autarquia decorrentes de um futuro contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com a mesma autarquia ora contratante.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 9.976.438,88** (nove milhões, novecentos e setenta e seis mil quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos), o qual foi definido utilizando metodologia legal, **com base em orçamento detalhado elaborado pela própria Administração, fundamentado nos referenciais oficiais do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI**, que sinaliza valor de referência compatível com o praticado no mercado.

Nº ITEM	ID PCA	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	42690	Execução de galpões modulares com estrutura metálica, vedação em alvenaria, cobertura termoacústica, piso industrial e instalações elétricas básicas, com área aproximada de 279,868 m² por unidade.	11	R\$ 906.948,99	R\$ 9.976.438,88

11.2. Tendo em vista a necessidade de assegurar a transparência do processo licitatório, bem como incentivar os licitantes a apresentarem preços compatíveis com o mercado, o custo estimado da presente contratação **não possui caráter sigiloso** e será tornado público no ato da publicação do instrumento convocatório, em observância ao art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.3.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade, com base no índice definido no subitem 1.6.1 deste Termo de Referência, aplicável a toda a Ata de Registro de Preços e aos contratos dela decorrentes.

11.3.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Aplicação da Cota Reservada

11.4. Quanto à aplicação da cota reservada prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, esclarece-se que, em razão da adoção do lote único e das características técnicas do objeto, não se aplica a reserva de cota, nos termos da legislação vigente.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal ou outras fontes de recursos que o Governo do Distrito Federal entender conveniente.

12.2. A conformidade do objeto com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e outros alinhamentos orçamentários será requerida em momento oportuno, quando houver a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

12.3. O procedimento licitatório encontra-se baseado no Sistema de Registro de Preços (SRP), cuja demanda representa uma estimativa de consumo dos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Distrito Federal.

12.4. Por se tratar de Registro de Preços, não será necessária a apresentação da Disponibilidade Orçamentária na fase de seleção do fornecedor, devendo a reserva de dotação ocorrer somente no momento da contratação ou execução da Ata de Registro de Preços.

13. **APÊNDICE E ANEXOS**

- APÊNDICE I - Declaração de Compromisso;
- APÊNDICE II - Termo de Confidencialidade de Informações.
- APÊNDICE III - Declaração de vistoria;
- APÊNDICE IV - Declaração de desistência de vistoria;
- APÊNDICE V - Termo de recebimento provisório;
- APÊNDICE VI - Termo de recebimento definitivo;
- APÊNDICE VII - Lista de Endereços das Unidades de Saúde Contempladas - SES/DF;
- APÊNDICE VIII - Modelo da proposta
- APÊNDICE IX - Planilha Modelo de Formação de Preços e BDI

14. **EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

Os responsáveis pela elaboração e aprovação deste Termo de Referência, não se enquadram na vedação do artigo 14º, inciso I, da Lei 14.133/2021.

O presente Termo de Referência foi analisado tecnicamente por servidor(es) designado(s), no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, responsável(is) pela verificação da conformidade técnica, jurídica e administrativa do objeto proposto. **O presente**

Termo de Referência foi elaborado por representantes das unidades a seguir:

ISRAEL SOUSA SANTOS JUNIOR Integrante Administrativo Cargo: Assessor Especial Matrícula: 1720612-X	CARLOS ALEXANDRE GOMES DE MEDEIROS Integrante Administrativo Cargo: Assessor Especial Matrícula: 1715154-0
PEDRO FELIPE DIAS DE OLIVEIRA Integrante Técnico Cargo: Assessor Especial - Eng. Civil Matrícula: 1723559-6	ELIZEU PEREIRA DOS SANTOS Integrante Técnico Cargo: Assessor Especial - Eng. Civil Matrícula: 1720640-5
ELTHON JADER FARIA DA SILVA Integrante Requisitante Diretor de Engenharia e Arquitetura Matrícula: 17274168	

Dos Responsáveis pela Emissão do Parecer Técnico

A condução do procedimento licitatório será realizada por Comissão de Contratação ou por agente de contratação designado, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação distrital aplicável.

A análise técnica das propostas apresentadas no certame, compreendendo a verificação da conformidade técnica, da aderência às especificações do Termo de Referência, bem como da exequibilidade das soluções ofertadas, será realizada pela área técnica especializada da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, vinculada à Subsecretaria de Infraestrutura em Saúde – SINFRA, por intermédio da Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA, ou unidade técnica que venha a sucedê-la ou substituí-la em sua estrutura organizacional.

O parecer técnico será emitido por servidores formalmente designados pela Administração, integrantes do quadro da SES/DF, detentores de formação, habilitação e atribuições profissionais compatíveis com o objeto da contratação, observada a legislação aplicável e as normas internas de governança, controle e segregação de funções.

Compete à área técnica responsável:

- analisar a conformidade técnica das propostas em relação às especificações, requisitos normativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- avaliar a exequibilidade técnica das soluções apresentadas pelos licitantes;
- subsidiar o julgamento das propostas com manifestação técnica fundamentada;
- registrar, de forma motivada, eventuais inconformidades técnicas ou condicionantes.

Compete à Comissão de Contratação ou ao agente de contratação:

- conduzir o procedimento licitatório, inclusive a sessão pública;
- receber e analisar as propostas e os documentos de habilitação;
- promover o julgamento das propostas, com base nas manifestações técnicas emitidas pela área técnica competente;
- praticar os demais atos necessários ao regular processamento do certame.

A definição das competências assegura a adequada segregação de funções, a rastreabilidade dos atos administrativos, a transparência do processo decisório e a observância aos princípios da legalidade, da impessoalidade e da segurança jurídica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da posterior designação formal dos responsáveis pela fiscalização e pela gestão do contrato na fase de execução.

15. **APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE**

Autoridade Imediatamente Superior pela Aprovação do Termo de Referência:

Aprovo o presente Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Distrital nº 44.330/2023, ratificando a veracidade das informações apresentadas e declarando a inexistência de direcionamento do objeto. O TR visa à contratação, sob o regime de empreitada por preço global, de empresa especializada para execução de galpões modulares com estrutura metálica e vedação em alvenaria, destinados ao armazenamento de insumos hospitalares não perecíveis e equipamentos ociosos da SES/DF, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), para atendimento das necessidades das unidades vinculadas à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

LEONÍDIO PINTO NETO

Subsecretário de Infraestrutura em Saúde
SINFRA/SES

VALMIR LEMOS DE OLIVEIRA

Secretário Executivo de Gestão Administrativa
SEGEA/SES

APÊNDICE I

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sua sede ou filial no endereço _____, neste ato representada por _____, DECLARA QUE no caso de consagrar-se vencedor(a) do certame se compromete a entregar, no momento da assinatura do contrato ou ata, ou da emissão da nota de empenho fornecimento do produto ou serviço objeto do certame, sob pena de aplicação de penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e normas correlatas e vigentes.

APÊNDICE II

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

A **Contratante**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, doravante denominado **Contratante** e a **Empresa** _____, estabelecida à _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **Contratada**, representada neste ato pelo **S.r.** _____, (cargo) _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliado em _____, e, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente TERMO, e, **CONSIDERANDO** que, em razão do atendimento à exigência do Contrato Nº XX/20XX, celebrado pelas PARTES, doravante denominado **CONTRATO**, cujo objeto é a <objeto do contrato>, mediante condições estabelecidas pelo **CONTRATO**;

CONSIDERANDO que o presente **TERMO** vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de **INFORMAÇÕES**, que a **Contratada** tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Secretaria de Saúde do Distrito Federal de que a **Contratada** tomar conhecimento em razão da execução do **CONTRATO**, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às **INFORMAÇÕES**;

A **Contratante** estabelece o presente **TERMO** mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada **PROTEÇÃO ÀS INFORMAÇÕES** da **Contratante**, principalmente aquelas classificadas como **CONFIDENCIAIS**, em razão da execução do **CONTRATO** celebrado entre as **PARTES**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

Parágrafo Primeiro: As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pelo **Contratante**.

Parágrafo segundo: A **Contratada** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas pelo **Contratante**, a partir da data de assinatura deste **TERMO**, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela **Contratante**.

Parágrafo Terceiro: A **Contratada** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das **INFORMAÇÕES** do **Contratante**.

Parágrafo Quarto: A **Contratante**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **Contratada**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

Parágrafo Único: As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

1. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;
2. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;
3. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

Parágrafo Primeiro: A **Contratada** se compromete a utilizar as **INFORMAÇÕES** reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo segundo: A **Contratada** se compromete a não efetuar qualquer cópia das **INFORMAÇÕES** sem o consentimento prévio e expresso da **Contratante**.

1. O consentimento mencionado no Parágrafo segundo, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES.

Parágrafo Terceiro: A **Contratada** se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** do **Contratante**.

Parágrafo Quarto: A **Contratada** deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES** do **Contratante**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo **Contratante**.

Parágrafo Quinto: Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo Sexto: O presente **TERMO** não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

1. Os produtos gerados na execução do **CONTRATO**, bem como as **INFORMAÇÕES** repassadas à **Contratada**, são única e exclusiva propriedade intelectual do **Contratante**.

Parágrafo Sétimo: A **Contratada** firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

Parágrafo Oitavo: A **Contratada** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativo aos produtos gerados e às **INFORMAÇÕES** que venham a ser reveladas durante a execução do **CONTRATO**.

CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

Parágrafo Único: Todas as **INFORMAÇÕES** reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

1. A **Contratada** deverá devolver íntegros, e integralmente todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pelo **Contratante** para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias.
2. A **Contratada** deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais do **Contratante**, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

Parágrafo Único: O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretirável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até 05 (cinco) anos após o término do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Único: A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na **RESCISÃO DO CONTRATO** firmado entre as PARTES. Neste caso, a **Contratada**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo **Contratante**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro: Este **TERMO** constitui vínculo indissociável ao **CONTRATO**, que é parte independente e regulatória deste instrumento.

Parágrafo Segundo: O presente **TERMO** constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES**, principalmente as **CONFIDENCIAIS**, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas PARTES em ações feitas direta ou indiretamente.

Parágrafo Terceiro: Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as PARTES tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as **INFORMAÇÕES** do **Contratante**.

Parágrafo Quarto: O disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à **CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES**.

Parágrafo Quinto: A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Parágrafo Único: Fica eleito o foro do Distrito Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estar justa e estabelecida às condições, a **Contratada** assina o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Brasília/DF, ____ de _____ de 20 xx.

Nome do Diretor ou representante legal da empresa
Cargo
CPF nº

Gestor do Contrato
Matrícula
<<Cargo/Função>>
<<Setor/Departamento>>

Fiscal Técnico do Contrato
Matrícula
<<Cargo/Função>>

APÊNDICE III
DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Atesto para os devidos fins que a empresa abaixo identificada realizou a vistoria das instalações e do local onde os serviços serão prestados.

Nome da empresa:	
CNPJ:	
Nome do Representante:	
RG do Representante n.º:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail (se houver):	
Local vistoriado:	
Data da vistoria:	
Horário da vistoria:	

Responsável pelo Termo de Vistoria
Nome: _____
Matrícula: _____
Cargo / Função: _____
Setor / departamento: _____
Assinatura: _____

Representante legal da empresa

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: _____ Assinatura: _____
--

APÊNDICE IV

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISTORIA

REF.: _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, abrir mão da VISITA TÉCNICA ao local da execução da obra/serviço, conforme dispõe o edital da licitação em referência. Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejem avenças técnicas ou financeiras, isentando a _____, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

Representante legal da empresa
Nome: _____ Cargo: _____ CPF: _____ Assinatura: _____

Brasília-DF, ____ de _____ de 20 ____.

APÊNDICE V

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Objeto:	_____
N.º Contrato:	_____
Contratada	_____
CNPJ:	_____
Telefone (s)	_____

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no Art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133, que os bens e/ou serviços, relacionados no quadro abaixo, foram recebidos nesta data e serão objeto de avaliação quanto aos aspectos de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos pelo Edital nº ____/20 ____ da SES/DF.

Ressaltamos que o recebimento definitivo dos serviços ocorrerá em até XX (XX) dias úteis, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do instrumento contratual proveniente do Edital nº ____/20 ____.

Fiscal técnico do contrato
Nome: _____ Matrícula: _____ Cargo / Função: _____ Setor / departamento: _____ Assinatura: _____

Fiscal administrativo	
Nome:	_____
Matrícula:	_____
Cargo / Função:	_____
Setor / departamento:	_____
Assinatura:	_____

Brasília-DF, ____ de _____ de 20 ____.

APÊNDICE VI
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Objeto:	_____
N.º Contrato:	_____
Contratada	_____
CNPJ:	_____
Telefone (s)	_____

Por este instrumento, as partes abaixo identificadas atestam para fins de cumprimento do disposto no Art. 140, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 14.133, que os bens e/ou serviços relacionados no quadro abaixo, possuem as quantidades, configuração, desempenho e a qualidade compatível com as condições e exigências técnicas constantes do Edital nº ____/20____ da SES/DF.

Diretor ou representante legal da empresa	
Nome:	_____
Cargo:	_____
CPF:	_____
Assinatura:	_____

Gestor do contrato	
Nome:	_____
Matrícula:	_____
Cargo / Função:	_____
Setor / departamento:	_____
Assinatura:	_____

Fiscal técnico do contrato	
Nome:	_____
Matrícula:	_____
Cargo / Função:	_____
Setor / departamento:	_____
Assinatura:	_____

Representante da área requisitante da solução	

Nome: _____
Matrícula: _____
Cargo / Função: _____
Setor / departamento: _____
Assinatura: _____

Brasília-DF, ____ de _____ de 20__.

APÊNDICE VII
LISTA DE ENDEREÇOS DAS UNIDADES DE SAÚDE CONTEMPLADAS - SES/DF;

SIGLA	HOSPITAL	ENDEREÇO	CEP
HRC	Hospital Regional de Ceilândia	QNM 27, Área Especial 1, Ceilândia, Brasília-DF	72.215-270
HRT	Hospital Regional de Taguatinga	Setor C Norte, Área Especial 24, Taguatinga Norte, Brasília-DF	72120-970
HRBZ	Hospital Regional de Brazlândia	Área Especial 1, Setor Tradicional, Brazlândia-DF	72720-901
HMIB	Hospital Materno-Infantil de Brasília	L2 Sul, Quadra 608, Módulo A, Asa Sul, Brasília-DF	70203-900
HRS	Hospital Regional de Sobradinho	Quadra 12, Conjunto B, Lote 38, Sobradinho, Brasília-DF	73010-120
HRP	Hospital Regional de Planaltina	Avenida WL 4, Área Especial, Setor Hospitalar, Planaltina-DF	73310-000
HRL	Hospital da Região Leste (Paranoá)	Área Especial Hospitalar, Quadra 2, Conjunto K, Lote 1, Paranoá-DF	71570-050
HRG	Hospital Regional do Gama	Área Especial 1, Setor Central, Gama-DF	72405-901
PA01	Parque de Apoio da SES/DF – Sede Administrativa	SIA Trecho 5, Lote 180, Guará, Brasília-DF	71205-050
PA02	Parque de Apoio da SES/DF – Sede Administrativa	SIA Trecho 5, Lote 180, Guará, Brasília-DF	71205-050
PA03	Parque de Apoio da SES/DF – Sede Administrativa	SIA Trecho 5, Lote 180, Guará, Brasília-DF	71205-050

APÊNDICE VIII
MODELO DA PROPOSTA

LOTE	CÓD BR	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
Único	2224	1	Execução de galpões modulares com estrutura metálica, vedação em alvenaria, cobertura termoacústica, piso industrial e instalações elétricas básicas.	Unidade (galpão)	11	R\$ xxxxx	R\$ xxxxx

APÊNDICE IX
PLANILHA MODELO DE FORMAÇÃO DE PREÇOS E BDI

COMPOSIÇÃO DO BDI

VALORES REFERENCIAIS ADOTADOS

AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00 %
S	SEGURO	0,40 %
R	RISCO	1,27 %
G	GARANTIA	0,40 %
	SEGURO, RISCO E GARANTIA	2,07 %
DF	DESPESAS FINANCEIRAS	1,23 %
I	ISS	1,00 %
	PIS	0,65 %
	COFINS	3,00 %
	CPRB	4,50 %
	TOTAL I =	9,15 %
L	LUCRO	7,40 %

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$BDI = \left[\frac{(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + I)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

CÁLCULO:

$$BDI = \left[\frac{1,153204}{0,9085} - 1 \right] \times 100 = 26,93 \%$$

BDI NORMAL - OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, REFORMA E/OU AMPLIAÇÕES 26,93 %*Os cálculos estão em conformidade ao "ACORDÃO Nº 2622/2013 - TCU - PLENÁRIO"***ANEXO II****PLANILHA CONSOLIDADA DE PREÇOS****(Pregão eletrônico por Sistema de Registros de Preços)****AMPLA CONCORRÊNCIA**

LOTE ÚNICO	CÓD BR	ITEM	DESCRIÇÃO	ID PCA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	2224	1	Execução de galpões modulares com estrutura metálica, vedação em alvenaria, cobertura termoaústica, piso industrial e instalações elétricas básicas, com área aproximada de 279,868 m² por unidade.	42690	Unidade (galpão)	11	R\$ 906.948,9900	R\$ 9.976.438,8900

ANEXO III**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____ – SES/DF

PROCESSO SEI Nº 00060-00304376/2025-33

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____

VALIDADE: **12 (doze)** meses, a partir da publicação no DODF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), **não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.**

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.700/0001-08, denominada CONTRATANTE, com sede no SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF, representada neste ato por **JURACY CAVALCANTE LACERDA JÚNIOR**, na qualidade de Secretário de Estado, da

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme Decreto de 20 de fevereiro de 2025, publicado na Edição nº 16-A do DODF, de 20 de fevereiro de 2025, pg. 1, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, RESOLVE registrar o preço da empresa _____, CNPJ nº _____, neste ato representada por _____, portador(a) do RG nº _____ e inscrito(a) no CPF nº _____, na quantidade estimada anual, de acordo com a classificação por ela alcançada no(s) item(ns), observadas as condições do Edital de Pregão Eletrônico nº _____ (ID SEI), da Proposta de Preços (ID SEI), que integra este instrumento de registro, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA I - DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada para a execução de GALPÕES MODULARES com estrutura metálica e vedação em alvenaria, destinados exclusivamente ao armazenamento de insumos hospitalares não perecíveis e equipamentos ociosos da rede da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, especificado(s) no Termo de Referência, ANEXO I do edital de Licitação nº que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
- 1.2. O Sistema de registro de Preços não obriga a compra ou contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do Edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

2. CLÁUSULA II - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA:				
CGC/CNPJ:	INSC ESTADUAL:	BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA-CORRENTE
TELEFONE:				
CEP:		E-MAIL:		
SÓCIO-DIRETOR:		RG:	CPF:	
PROCURADOR:		RG:	CPF:	

ITEM	CÓDIGO		DESCRIÇÃO	UNID	MARCA/ FABRICANTE	APRESENT	QUANT.	VALOR	
	SES	BR						UNITÁRIO	TOTAL

- 2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. CLÁUSULA III - DO ÓRGÃO GERENCIADOR ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá à SES-DF, a quem compete a prática de todos os atos de controle e administração deste registro de preços, de acordo com as disposições contidas no Art. 192 do Decreto-DF 44.330/2023.
- 3.2. A Administração, ou gerenciamento, da presente Ata caberá à Diretoria de Engenharia e Arquitetura– SEGEA/SINFRA/CEAOP/DEA
- 3.3. Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. CLÁUSULA IV - DO LOCAL E MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 4.1. A presente contratação tem como objetivo a instalação e montagem, por empresa especializada, de GALPÕES MODULARES com estrutura metálica e painéis de vedação industrializados, conforme projetos executivos constantes nos autos do processo administrativo e disponibilizados pela CONTRATANTE por ocasião da emissão da respectiva Ordem de Serviço.
- 4.2. A execução será organizada da seguinte forma: mobilização do canteiro de obras; preparação da infraestrutura e fundações conforme o tipo de solo; montagem da estrutura metálica; execução da vedação em alvenaria e cobertura termoacústica; instalação do piso industrial e das instalações elétricas básicas; acabamentos, limpeza final e entrega da documentação técnica As Built.
- 4.3. A realização dos serviços será efetuada mediante emissão de Ordem de Serviço (OS), que detalhará o escopo da atividade, local, prazo, medidas de segurança e cronograma físico-financeiro. É expressamente vedado o início de qualquer etapa sem a autorização formal da fiscalização técnica da DEA/SINFRA.
- 4.3. Os galpões serão implantados em unidades hospitalares e no Parque de Apoio da SES/DF, conforme tabela:

SIGLA	HOSPITAL	ENDEREÇO	CEP
HRC	Hospital Regional de Ceilândia	QNM 27, Área Especial 1, Ceilândia, Brasília-DF	72.215-270
HRT	Hospital Regional de Taguatinga	Setor C Norte, Área Especial 24, Taguatinga Norte, Brasília-DF	72120-970
HRBZ	Hospital Regional de Brazlândia	Área Especial 1, Setor Tradicional, Brazlândia-DF	72720-901
HMIB	Hospital Materno-Infantil de Brasília	L2 Sul, Quadra 608, Módulo A, Asa Sul, Brasília-DF	70203-900
HRS	Hospital Regional de Sobradinho	Quadra 12, Conjunto B, Lote 38, Sobradinho, Brasília-DF	73010-120
HRP	Hospital Regional de Planaltina	Avenida WL 4, Área Especial, Setor Hospitalar, Planaltina-DF	73310-000
HRL	Hospital da Região Leste (Paranoá)	Área Especial Hospitalar, Quadra 2, Conjunto K, Lote 1, Paranoá-DF	71570-050
HRG	Hospital Regional do Gama	Área Especial 1, Setor Central, Gama-DF	72405-901
PA01	Parque de Apoio da SES/DF – Sede Administrativa	SIA Trecho 5, Lote 180, Guará, Brasília-DF	71205-050
PA02	Parque de Apoio da SES/DF – Sede Administrativa	SIA Trecho 5, Lote 180, Guará, Brasília-DF	71205-050
PA03	Parque de Apoio da SES/DF – Sede Administrativa	SIA Trecho 5, Lote 180, Guará, Brasília-DF	71205-050

5. CLÁUSULA V - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.7.2. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.18 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.14.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

5.12.1. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5.14. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.14.1. aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.14.2. mantiverem sua proposta original.

5.15. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.16. O registro a que se refere o item 5.14. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.17. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.18. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 5.14.2 somente será efetuada quando houver

necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.18.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.18.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

6. CLÁUSULA VI - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

6.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, os preços poderão ser alterados, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

6.5.1. a possibilidade da revisão dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

6.5.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

6.5.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.6. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.7. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei.

6.8. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.9. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.10. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.11. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço atualizado.

6.12. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços estimados para a contratação atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

6.13. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

6.13.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

6.13.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a sua extinção da necessidade administrativa.

7. CLÁUSULA VII - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

7.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.13.

7.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1.3 e 9.1.5, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.1 e no item 7.2., o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CLÁUSULA VIII - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

8.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

8.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

8.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

8.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

8.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

8.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 8.1.

8.7. Dos limites para as adesões:

8.7.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

8.7.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

8.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

9. CLÁUSULA IX - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. for liberado pela Administração Pública;

9.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

9.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4. sofrer sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

9.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

9.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

9.2.1. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrados;

9.2.2. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

9.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. O fornecedor ou prestador será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação.

10. CLÁUSULA X - DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CLÁUSULA XI - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. As contratações decorrente da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de Contrato Administrativo, conforme condições estabelecidas em edital.

12. CLÁUSULA XII - CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL.

12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

12.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em _____ vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

12.4. E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

NOME SIGNATÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

NOME SIGNATÁRIO
LICITANTE VENCEDOR

PROCESSO SEI Nº 00060-00304376/2025-33				
PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____				
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____ – SES/DF				
1º LUGAR				
EMPRESA:				
CGC/CNPJ:	INSC ESTADUAL:	BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA-CORRENTE
TELEFONE:				
CEP:		E-MAIL:		
SÓCIO-DIRETOR:		RG:	CPF:	
PROCURADOR:		RG:	CPF:	

ITEM	CÓDIGO		DESCRIÇÃO	UNID	MARCA/ FABRICANTE	APRESENT	QUANT.	VALOR	
	SES	BR						UNITÁRIO	TOTAL

ANEXO “A” - CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

PROCESSO SEI Nº 00060-00304376/2025-33					
PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____					
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____ – SES/DF					
2º LUGAR E DEMAIS LUGARES					
EMPRESA:					
CNPJ:					
ITEM	CÓDIGO SES	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

PROCESSO SEI Nº 00060-00304376/2025-33					
PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____					
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____ – SES/DF					
3º LUGAR E DEMAIS LUGARES					
EMPRESA:					
CNPJ:					
ITEM	CÓDIGO SES	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

MODELO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº _____ /20__

MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

(em papel timbrado da empresa)

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	UN	QTD	Valor de Referencia	TOTAL POR ITEM
xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xx
TOTAL GERAL						xx	

OBS: Inclusão na Proposta das seguintes informações:

- Descrição detalhada do item, COM INDICAÇÃO de todas as características dos produtos cotados, com especificações claras e detalhadas, nome comercial.
- Inclusão de toda e qualquer observação necessária ao conhecimento da SES/DF que complementem as especificações mínimas requeridas referentes aos produtos cotados.
- Preço unitário e total da proposta em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso.
- Declaração expressa de que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, inclusive para a entrega dos materiais no endereço indicado no Edital.
- Declaração expressa de estar de pleno acordo com todas as condições e obrigações constantes do edital e seus anexos.
- Prazo de validade da Proposta não inferior a 90 (noventa) dias.
- Prazo de entrega não superior a ----- (-----) dias corridos, contados na forma prevista no item **13 do Edital**.
- Razão social, endereço completo, telefone, da empresa proponente, CNPJ, nome do banco, agência e nº da conta bancária onde deseja receber os seus créditos.

PREÇO TOTAL DA PROPOSTA R\$: _____ (valor por extenso)

VALIDADE DA PROPOSTA: ____/____/____ (Não inferior a 90 dias)

RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

BANCO: _____ AGÊNCIA: _____ CONTA CORRENTE: _____

_____, ____ de _____ de _____

- carimbo padronizado de CNPJ -

Assinatura do responsável pela empresa

ANEXO VI

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
...../2026-SES-DF, QUE
FAZEM ENTRE SI O
DISTRITO FEDERAL,
POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE
ESTADO DE SAÚDE, E
A EMPRESA

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES

1.1. O DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.700/0001-08, com sede no SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF, representada neste ato por **JURACY CAVALCANTE LACERDA JÚNIOR, CPF nº 9xx.xxx.xxx-15**, na qualidade de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme Decreto de 20 de fevereiro de 2025, publicado na Edição Extra nº 16-A do DODF, de 20 de fevereiro de 2025, pg. 1, e a empresa, doravante denominada CONTRATADA, CNPJ nº, com sede no endereço, CEP:, e-mail:, Telefone:, representada por, portador (a) do RG, inscrito (a) no CPF nº, na qualidade de representante legal, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

2.1. O presente Contrato obedece aos termos do Termo de Referência 22 (200167172 e 202092545), **Edital de Licitação** (.....), **Proposta da empresa** (.....), da Lei n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a **execução de galpões modulares com estrutura metálica e vedação em alvenaria**, com área aproximada de 279,868 m² por unidade, destinados **exclusivamente ao armazenamento de insumos hospitalares não perecíveis e equipamentos ociosos** da rede da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, **configurando infraestrutura de apoio logístico**, conforme projetos executivos padronizados elaborados pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA/SINFRA., nos termos do Termo de Referência 22 (200167172 e 202092545), **Edital de Licitação** (.....), **Proposta da empresa** (.....), da Lei n.º 14.133/2021, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023 e alterações posteriores, **que passam a integrar o presente Termo**.

LOTE	CÓD BR	ITEM	DESCRIÇÃO	ID PCA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
Único	2224	1	Execução de galpões modulares com estrutura metálica, vedação em alvenaria, cobertura termoaústica, piso industrial e instalações elétricas básicas, com área aproximada de 279,868 m² por unidade.	42690	Unidade (galpão)	11

4. CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. Regime de execução

4.1.1. O regime de execução será o de **empreitada por preço global**, aplicável à contratação sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço, sendo que cada Ordem de Serviço corresponderá à execução integral de um galpão modular completo, conforme previsto neste Contrato.

4.2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

4.2.1. A contratação abrangerá **todas as etapas necessárias à completa execução das estruturas**, conforme projetos executivos constantes nos autos do processo administrativo e disponibilizados pela CONTRATANTE por ocasião da emissão da respectiva Ordem de Serviço., incluindo:

- mobilização do canteiro de obras;
- preparação da infraestrutura e fundações conforme o tipo de solo;
- montagem da estrutura metálica;
- execução da vedação em alvenaria e cobertura termoaústica;
- instalação do piso industrial e das instalações elétricas básicas;
- acabamentos, limpeza final e entrega da documentação técnica *As Built*.

4.2.2. Todos os serviços deverão ser executados de acordo com as **normas técnicas da ABNT** (como NBR 6118, NBR 6122, NBR 5410, NBR 14762, entre outras), observando também as **normas de segurança do trabalho** (NR-10, NR-18, NR-35) e as diretrizes dos Conselhos profissionais competentes (CREA, CAU).

4.2.3. A execução será condicionada à emissão de **Ordem de Serviço (OS)** pela fiscalização da SES/DF, que indicará as atividades a serem iniciadas, os locais de intervenção, o cronograma, as medidas de segurança e as restrições operacionais. É vedado iniciar qualquer serviço sem autorização formal da fiscalização da DEA/SINFRA.

4.2.4. A remuneração da contratada será realizada com base em **medições vinculadas à execução das Ordens de Serviço**, sendo que **cada Ordem de Serviço corresponderá à execução integral de um galpão modular completo**, conforme os projetos executivos e especificações técnicas estabelecidos neste Contrato.

4.2.5. Os pagamentos estarão condicionados à apresentação e aprovação dos boletins de medição, acompanhados dos relatórios técnicos, registros fotográficos, ensaios (quando aplicáveis) e demais documentos exigidos pela fiscalização, **não se caracterizando prestação de serviços de natureza continuada**. O cronograma físico-financeiro será definido pela Administração por meio das Ordens de Serviço, observada a disponibilidade orçamentária.

4.2.6. A contratação será conduzida pela Subsecretaria de Infraestrutura em Saúde (SINFRA), por meio da DEA, em conformidade com a **Lei n.º 14.133/2021**, o **Decreto Distrital n.º 44.330/2023** e demais normativos aplicáveis à execução de obras públicas.

4.3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.3.1. A presente contratação tem como objetivo a instalação e montagem, por empresa especializada, de galpões modulares com estrutura metálica e painéis de vedação industrializados, conforme projetos executivos constantes nos autos do processo administrativo e disponibilizados pela CONTRATANTE por ocasião da emissão da respectiva Ordem de Serviço.

4.3.2. A solução proposta contempla todas as etapas operacionais necessárias para a implantação das estruturas modulares, desde a preparação das áreas até a entrega final da documentação técnica.

4.3.3. Os galpões serão implantados em unidades hospitalares e no Parque de Apoio da SES/DF, e destinam-se ao armazenamento de insumos hospitalares não perecíveis e equipamentos ociosos, promovendo a desobstrução de áreas assistenciais, a organização patrimonial e a otimização da logística hospitalar.

4.3.4. Etapas da Solução Técnica

4.3.4.1. A execução será organizada da seguinte forma:

4.3.5. **Mobilização e Preparação do Canteiro**

4.3.5.1. Antes do início da execução física, a contratada deverá realizar a mobilização técnica e logística de cada local, com foco em segurança, organização e não interferência nas atividades assistenciais:

- a) Implantação do canteiro conforme NR-18 (tapumes, áreas segregadas, sinalização, instalações provisórias);
- b) Apresentação do Plano de Obra e do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC);
- c) Delimitação das áreas de intervenção com isolamento das zonas operacionais.

I - **Infraestrutura Civil e Fundações**

- a) regularização superficial e compactação controlada das áreas destinadas à instalação dos módulos, conforme parâmetros técnicos aplicáveis;
- b) execução de apoios, blocos e elementos de suporte necessários à fixação das estruturas modulares, conforme especificações do projeto;
- c) instalação de dispositivos de drenagem periférica, com calhas, grelhas e elementos de escoamento superficial.

II - **Estrutura Metálica e Vedação**

- a) montagem da estrutura metálica modular, conforme NBR 8800 e NBR 14762;
- b) instalação dos painéis de vedação industrializados, com desempenho termoacústico e vedação adequada;
- c) aplicação de acabamentos e selagens conforme as especificações técnicas do projeto.

III - **Cobertura, Piso e Instalações**

- a) instalação de cobertura metálica termoacústica tipo sanduíche (PIR ou equivalente);
- b) instalação de base regularizada ou solução de piso técnico conforme especificações do projeto;
- c) instalação dos sistemas elétricos, quadros, pontos de iluminação, dutos e proteção elétrica (DPS/DR);
- d) instalação de portas metálicas, venezianas e dispositivos de ventilação natural.

IV - **Controle de Qualidade e Documentação Final**

- a) Registro fotográfico das fases da obra;
- b) Relatórios de conformidade e ensaios (quando aplicáveis);
- c) Entrega de documentação final *As Built*, incluindo localização dos elementos, plantas revisadas e memoriais.

4.3.6. **Ciclo de Vida do Objeto**

4.3.6.1. A presente contratação foi desenhada considerando todas as fases do ciclo de vida do objeto:

Etapas	Responsável Principal	Entregas e Produtos Gerados
Planejamento	DEA/SINFRA	ETP, TR, projetos executivos, planilha orçamentária
Autorização (OS)	Fiscal Técnico	Emissão de OS com escopo, cronograma e restrições
Execução	Contratada + Fiscalização	Realização dos serviços conforme projeto, normas e OS
Aferição Técnica	Fiscal Técnico/Administrativo	Medições, registros fotográficos, verificação de conformidade
Recebimento Provisório	Fiscal Técnico/Administrativo	Termo de recebimento provisório, relatório técnico
Recebimento Definitivo	Comissão Designada	Termo de recebimento definitivo com avaliação final
Pós-Obra e Garantia	Contratada + Fiscalização	Correções durante o prazo de garantia, conforme prazos legais e contratuais

4.3.6.2. A sistemática proposta garante previsibilidade, segurança jurídica e eficiência na execução dos serviços, assegurando a continuidade da operação das unidades de saúde e a integridade da **infraestrutura física e logística** da SES/DF.

4.3.7. Metodologia e Procedimentos

4.3.7.1. A realização dos serviços será efetuada mediante emissão de **Ordem de Serviço (OS)**, que detalhará o escopo da atividade, local, prazo, medidas de segurança e cronograma físico-financeiro. É expressamente vedado o início de qualquer etapa sem a autorização formal da fiscalização técnica da DEA/SINFRA.

4.3.7.2. Demandas adicionais poderão ser autorizadas por meio de **OS complementares**, dentro dos limites contratuais e com base nos procedimentos legais de reequilíbrio econômico-financeiro, quando aplicável.

4.3.7.3. A abordagem adotada assegura **previsibilidade, rastreabilidade e conformidade legal**, promovendo a eficiência administrativa, a durabilidade da solução e a continuidade operacional das unidades da SES/DF.

4.4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.4.1. A realização dos serviços objeto desta contratação deverá ser conduzida por empresa especializada na área de engenharia, legalmente constituída, devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e autorizada para o exercício de suas atividades, conforme legislação vigente. A empresa deverá atender integralmente às exigências técnicas, operacionais e normativas previstas neste Contrato, observando as boas práticas de engenharia, os princípios da sustentabilidade e as normas de segurança aplicáveis.

4.4.2. A realização dos serviços comuns de engenharia deverá assegurar o funcionamento contínuo, seguro e confiável dos equipamentos, sistemas e instalações, preservando-lhes as características e o desempenho, além de obedecer rigorosamente às normas e legislações específicas listadas neste instrumento.

4.4.3. A Contratada deverá dispor de equipe suficiente para atender aos requisitos do instrumento convocatório, em especial quanto aos padrões de qualidade, respeitando a legislação vigente e cumprindo os prazos estabelecidos neste instrumento.

4.4.4. É responsabilidade da empresa garantir que seus profissionais utilizem Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados e estejam devidamente identificados e uniformizados, conforme exigido pela legislação, incluindo as normas NR-18, NR-35 e NR-10, dependendo das atividades a serem desempenhadas.

4.4.5. Comprovação de registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), conforme art. 59º da Lei nº 5.194/66; art. 3º da Resolução CONFEA nº 1.121/2019; art. 9º da Resolução CONFEA nº 218/73 e Acórdão TJDFT 333.184.

4.4.6. O vínculo do(s) Responsável(is) Técnico(s) indicado(s) pela empresa deverá ser demonstrado apenas pela empresa vencedora, no momento da contratação (Decisão nº 002/2012 do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF), por meio de apresentação de contrato social, no caso de sócio ou diretor da empresa, publicação na imprensa relativa a eleição de diretoria, quando se tratar de sociedade anônima, contrato de trabalho em CTPS, quando se tratar de empregado, ou contrato civil de prestação de serviço, quando se tratar de profissional autônomo, firmado entre a proponente e o respectivo profissional, ou por qualquer outro meio legalmente admitido.

4.4.7. A empresa deverá nomear Engenheiro(s) Responsável(is) Técnico(s) que possuam comprovado acervo técnico, conforme atestados apresentados durante a licitação. Estes profissionais deverão assumir diretamente a responsabilidade técnica pelas atividades previstas no objeto, garantindo sua qualidade e conformidade.

4.4.8. Indicação de instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto, nos termos do art. 67, inciso III da Lei nº 14.133/21, constando da declaração de concordância do(s) profissional(is) que assumirá(ão) a responsabilidade técnica, devendo constar, necessariamente, o(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) de capacitação técnico-profissional.

4.4.9. A empresa contratada deverá ter disponibilidade de equipamentos, ferramentas, instalação física apropriada e específica, bem como pessoal técnico especializado, com registro no conselho de classe profissional equivalente ao profissional indicado pela empresa, para o cumprimento do objeto da licitação, utilizando mão de obra especializada, devendo a contratada estar vinculada às especificações de Normas Técnicas Gerais exigidas pelo conselho de classe profissional, Normas Técnicas da ABNT e legislação vigente, para a realização de cada serviço descrito neste Instrumento.

4.4.10. A empresa vencedora deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

4.4.11. Declaração de que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21 na forma do modelo fornecido.

4.4.12. Será condição de habilitação a entrega de Declaração do licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato.

4.4.13. Declarar sob as penas da lei, a superveniência de fatos impeditivos para a habilitação no certame (exigida somente quando houver), ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, na forma do modelo fornecido.

4.5. SUBCONTRATAÇÃO

4.5.1. A CONTRATADA deverá executar diretamente a parcela principal do objeto contratado, sendo vedada a subcontratação integral do contrato.

4.5.2. Será admitida a subcontratação parcial de atividades acessórias ou de alta especialização técnica, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE, observando-se as seguintes condições:

4.5.2.1. a subcontratação não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

4.5.2.2. A CONTRATADA permanecerá integralmente responsável perante a Administração pela plena realização do objeto, respondendo solidariamente com a subcontratada por quaisquer danos, falhas ou irregularidades na execução dos serviços.

4.5.2.3. a CONTRATADA deverá apresentar, para aprovação da CONTRATANTE, os dados de qualificação jurídica, fiscal e técnica da empresa subcontratada, antes do início da execução dos serviços.

4.5.3. Das Condições de Subcontratação e da Fiscalização

4.5.3.1. A subcontratação será admitida de forma **excepcional e restrita**, exclusivamente para parcelas **acessórias, complementares ou de alta especialização técnica**, que **não integrem o núcleo essencial do objeto**, observados os limites e condições estabelecidos neste Contrato.

4.5.3.2. São consideradas passíveis de subcontratação, **desde que tecnicamente justificadas e previamente autorizadas pela Administração**, atividades tais como:

- a) serviços especializados de fundações específicas, quando exigidos por condições geotécnicas locais;
- b) serviços técnicos especializados de montagem, tratamento anticorrosivo ou proteção estrutural de elementos metálicos;
- c) serviços complementares de impermeabilização, ensaios, testes e comissionamentos técnicos específicos;
- d) fornecimento e instalação de sistemas ou componentes industriais padronizados, desde que não comprometam a integração global da solução.

4.5.3.3. Fica **expressamente vedada** a subcontratação de atividades **essenciais**, relacionadas à coordenação geral da execução, planejamento, gestão da obra, controle físico-financeiro, responsabilidade técnica global, interlocução com a fiscalização e **entrega final do objeto**, as quais permanecerão sob responsabilidade ****integral e exclusiva** da CONTRATADA principal.

4.5.3.4. A subcontratação, quando autorizada, deverá observar **cumulativamente** os seguintes critérios objetivos:

- I - limitação máxima de 30% (trinta por cento) do valor total contratado;
- II - inexistência de fragmentação do objeto principal;
- III - manutenção da padronização construtiva e da compatibilidade técnica entre os sistemas;
- IV - apresentação prévia da qualificação técnica e da regularidade jurídica da subcontratada;
- V - formalização expressa da autorização pela Administração, previamente ao início da execução da atividade subcontratada.

4.5.3.5. Compete à fiscalização técnica designada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF acompanhar, controlar e validar a execução das atividades subcontratadas, cabendo-lhe:

- a) verificar a conformidade técnica dos serviços executados;
- b) exigir o cumprimento das especificações, normas técnicas e diretrizes do projeto;
- c) registrar ocorrências e não conformidades;
- d) atestar medições exclusivamente dos serviços efetivamente executados e aprovados.

4.5.3.6. Ressalta-se que a existência de subcontratação **não afasta, não mitiga nem transfere** à Administração ou à fiscalização qualquer parcela de responsabilidade da CONTRATADA principal, que permanecerá **integralmente responsável** pela execução do objeto, pela qualidade dos serviços, pelo cumprimento dos prazos e pelas obrigações contratuais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total do Contrato é de **R\$**, em procedência ao Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

TABELA COM VALORES
XXXXXXXX

5.2. Reajuste contratual

5.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 02/12/2025.

5.2.2. Os preços registrados e os contratos decorrentes serão reajustados anualmente, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contado da data da apresentação das propostas, com base na variação do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC/FGV (ou outro índice que você efetivamente vá usar), nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

5.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.2.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I	Unidade Orçamentária:	
II	Programa de Trabalho:	
III	Natureza de Despesa:	
IV	Fonte de Recursos:	
V	Valor Inicial:	
VI	Nota de Empenho:	
VII	Data de Emissão:	
VIII	Evento:	
IX	Modalidade:	

6.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

7.1.1. Os Instrumentos de Medição de Resultado (IMR) são uma disposição, pactuada entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, que definem critérios objetivos de mensuração de resultados, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, que possibilite a Administração verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos.

7.1.2. Abaixo seguem os Indicadores de Desempenho, a serem utilizados nos Instrumentos de Medição de Resultado do objeto deste Contrato:

INDICADOR 01 - Descumprimento do prazo de execução da Ordem de Serviço	
FINALIDADE	Assegurar o cumprimento tempestivo da execução integral do galpão modular correspondente à Ordem de Serviço emitida.
META A CUMPRIR	Entrega do galpão modular completo, em plenas condições de uso, dentro do prazo estabelecido na Ordem de Serviço.
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Ordem de Serviço emitida e termo de recebimento do galpão.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Executor de Contrato.
PERIODICIDADE	Por demanda, conforme emissão de Ordem de Serviço.
MECANISMO DE CÁLCULO	Contagem dos dias de atraso entre o prazo final previsto na Ordem de Serviço e a data de entrega integral do galpão modular.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	A partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo da Ordem de Serviço.
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	1º dia de atraso – glosa de 0,68% do valor da OS 2º dia de atraso – glosa de 1,36 % do valor da OS 3º dia de atraso – glosa de 2,04% do valor da OS 4º dia de atraso – glosa de 2,72% do valor da OS 5º dia de atraso – glosa de 3,40% do valor da OS 6º dia de atraso – glosa de 4,08% do valor da OS 7º dia de atraso – glosa de 4,76% do valor da OS 8º dia de atraso – glosa de 5,44% do valor da OS 9º dia de atraso – glosa de 6,12% do valor da OS 10º dia de atraso – glosa de 6,80% do valor da OS

7.1.3. Os indicadores de desempenho e os instrumentos de medição dos resultados da execução contratual poderão, a qualquer tempo e mediante comum acordo entre as partes, ser ajustados, ampliados ou reduzidos, desde que devidamente formalizados por meio de Termo Aditivo ao contrato.

7.1.4. Medição:

7.1.4.1. A medição dos serviços será realizada com base na Ordem de Serviço emitida, considerando a **execução integral do galpão modular**, devidamente aferida e atestada pela fiscalização. O valor a ser faturado corresponderá ao **valor integral da respectiva Ordem de Serviço**, observadas as glosas eventualmente aplicáveis nos termos deste Instrumento de Medição de Resultado.

7.1.4.2. A contratante emitirá a Planilha de Cálculo dos Serviços Executados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento do período de referência, a qual deverá ser analisada e validada pela contratada antes da emissão da Nota Fiscal.

7.1.4.3. Não haverá pagamento por metas superadas nem bonificação por alocação adicional de recursos humanos ou materiais.

7.1.4.4. A execução de quantitativos adicionais das atividades previstas somente será permitida mediante anuência formal da fiscalização e revisão da respectiva Ordem de Serviço.

7.1.4.5. A superação de um indicador não compensará o não atendimento de outro.

7.1.4.6. A utilização dos instrumentos de medição de resultados não exclui nem limita a aplicação de outros mecanismos de controle, fiscalização e aferição da qualidade dos serviços executados, podendo a administração utilizar relatórios fotográficos, pareceres técnicos, checklists de conformidade e outros registros para fins de avaliação do desempenho contratual.

7.2. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.2.1. A avaliação da execução das Ordens de Serviço e da entrega integral do galpão modular correspondente utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no tópico específico INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS, para aferição da qualidade da prestação dos serviços e do cumprimento dos resultados pactuados.

7.2.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento da respectiva Ordem de Serviço, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.3. não produzir os resultados vinculados à Ordem de Serviço emitida ou à execução integral do galpão modular correspondente;

7.2.4. deixou de executar, ou executou de forma incompleta ou em desconformidade, as obrigações vinculadas à Ordem de Serviço emitida ou à execução integral do galpão modular correspondente;

7.2.5. deixou de disponibilizar os meios necessários (equipes, insumos e condições mínimas operacionais) para a execução integral do galpão modular correspondente à Ordem de Serviço emitida, ou os utilizou em qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.6. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de avaliação da prestação dos serviços, tais como registros fotográficos, checklists de conformidade, pareceres técnicos e relatórios de fiscalização.

7.2.7. Do Recebimento

7.2.7.1. Para fins de recebimento, os serviços executados serão avaliados com base nas Ordens de Serviço emitidas pela Administração, considerando-se concluída cada etapa quando comprovado o atendimento integral das atividades previstas na respectiva OS, mediante termo detalhado assinado pelos fiscais técnico e administrativo.

7.2.7.2. O recebimento provisório será realizado pelos fiscais técnico e administrativo, mediante atesto nos relatórios de execução e comprovação do cumprimento das exigências técnicas e administrativas aplicáveis.

7.2.7.3. O recebimento definitivo será formalizado após o prazo legal, mediante análise dos fiscais competentes quanto à conformidade, qualidade e integralidade dos serviços executados, nos termos da legislação vigente.

7.2.7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e arts.

24, X e 25, VII do Decreto nº 44.330/2023).

7.2.7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 24, X do Decreto nº 44.330, de 2023).

7.2.7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 25, VII do Decreto nº 44.330, de 2023).

7.2.7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.2.7.9. Para o recebimento provisório do serviço, deverá ser preenchido termo conforme **APÊNDICE V** deste Contrato.

7.2.7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.2.7.12. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, refazer ou adequar, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que tenham sido sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/2021).

7.2.7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.2.7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.2.7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Contrato e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.2.7.18. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Art. 23, VIII do Decreto nº 44.330, de 2023).

7.2.7.19. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.2.7.20. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.2.7.21. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.2.7.22. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.2.7.23. Para o recebimento definitivo do serviço, deverá ser preenchido termo conforme **APÊNDICE VI** deste Contrato.

7.2.7.24. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133/2021](#), comunicando à empresa para emissão de Nota Fiscal correspondente à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.7.25. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade técnico-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites de suas atribuições regulamentares.

7.2.7.26. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2.8. **Liquidação**

7.2.8.1. Conforme o art. 56 do Decreto Distrital nº 32.598/2010, fica o órgão central de administração financeira responsável pela orientação normativa referente à liquidação da despesa.

7.2.8.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.2.8.3. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.8.4. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.8.5. o prazo de validade;

7.2.8.6. a data da emissão;

7.2.8.7. os dados do contrato e do órgão contratante;

- 7.2.8.8. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.2.8.9. o valor a pagar; e
- 7.2.8.10. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.2.8.11. A Nota de Lançamento - NL deverá ser emitida após a regular liquidação da despesa, conforme o art. 62 do Decreto nº 32.598/2010.
- 7.2.8.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.
- 7.2.8.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).
- 7.2.8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 7.2.8.15. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 7.2.8.16. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.2.8.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.2.8.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.2.8.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual ou ao cancelamento da respectiva **Ordem de Serviço**, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.2.8.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.2.9. **Prazo de pagamento**
- 7.2.9.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 7.2.9.2. Passados 15 (quinze) dias corridos sem o devido pagamento por parte da administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação *pro rata tempore* do IPCA, nos termos do art. 3º, do Decreto Distrital n.º 37.121, de 16 de fevereiro de 2016.
- 7.2.10. **Forma de pagamento**
- 7.2.10.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.
- 7.2.10.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.2.10.3. Quando houver o pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.2.10.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente quando realizar-se o pagamento.
- 7.2.10.5. As condições de pagamento seguem as normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, conforme Decreto Distrital n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, e alterações vigentes.
- 7.2.11. **Cessão de crédito**
- 7.2.11.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.
- 7.2.11.2. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 7.2.11.3. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo ou, quando aplicável, à formalização específica vinculada à respectiva **Ordem de Serviço**.
- 7.2.11.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).
- 7.2.11.5. O crédito a ser pago ao cessionário será exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução integral do galpão modular correspondente à **Ordem de Serviço**, permanecendo absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes de direito público incidentes sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento condicionado à efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, bem como o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração, nos termos da Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020, e seus anexos.
- 7.2.11.6. A cessão de crédito não afetará a execução da respectiva **Ordem de Serviço**, a qual continuará sob a integral responsabilidade da contratada.
- 7.2.11.7. Esse tópico foi adicionado tendo em vista que a Secretaria de Saúde do DF recebe recursos oriundos do DF e também da União.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 8.1. A vigência do Contrato será de 12 (**doze**) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado uma única vez por

igual período, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

9. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

9.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no valor de R\$, percentual de **até 5%** do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

9.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 05 dias úteis após a assinatura do contrato.

9.3. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato, de forma que o marco para início da contagem do prazo é a data da homologação da contratação direta, por entendimento análogo ao explícito no §3º do art. 145, da Lei nº 14.133/2021.

9.4. Garantia Contratual

9.4.1. A CONTRATADA poderá ser exigida a prestar **garantia contratual** para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, **nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021**, limitada a **até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato**, conforme definido no instrumento convocatório.

9.4.2. A garantia contratual poderá ser prestada, a critério da CONTRATADA, nas seguintes modalidades legalmente admitidas:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia; ou
- c) fiança bancária.

9.4.3. A garantia contratual, quando exigida, **terá vigência durante todo o prazo de execução contratual**, podendo ser acionada pela Administração nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas cabíveis.

9.4.4. A exigência de garantia contratual **não afasta** a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto, nem limita a possibilidade de aplicação de penalidades previstas neste Contrato e na legislação vigente.

9.5. Garantia Legal

9.5.1. Independentemente da exigência ou não de garantia contratual, a CONTRATADA permanecerá **integralmente responsável pela garantia legal dos serviços executados**, nos termos da legislação civil aplicável, especialmente quanto à **solidez, segurança, qualidade e adequação técnica do objeto entregue**.

9.5.2. A garantia legal decorre **exclusivamente da lei, não se confundindo** com a garantia contratual e **independe de previsão expressa no contrato ou de prestação de garantia financeira**.

9.5.3. Durante o prazo da garantia legal, a CONTRATADA será obrigada a **corrigir, reparar ou substituir**, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto que apresentar vícios, defeitos ou inconformidades decorrentes da execução dos serviços, sempre que constatados pela fiscalização.

9.6. Independência dos Institutos

9.6.1. A **garantia contratual** e a **garantia legal** constituem **institutos jurídicos distintos, autônomos e cumulativos**, possuindo finalidades diversas:

- a) a garantia contratual tem natureza **financeira**, destinada a resguardar a Administração contra inadimplemento das obrigações assumidas;
- b) a garantia legal tem natureza **técnico-jurídica**, destinada a assegurar a qualidade, a durabilidade e a segurança do objeto executado.

9.6.2. A eventual dispensa da garantia contratual **não implica renúncia**, redução ou afastamento da garantia legal, que permanece plenamente exigível durante o prazo legal aplicável.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

10.1. Emitir “Aceite” do serviço a cada entrega, conferindo se o mesmo está de acordo com a especificação exigida no Contrato;

10.2. Efetuar pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste contrato, de acordo com as normas financeiras e orçamentárias do DF;

10.3. Fornecer e colocar à disposição da empresa Contratada todos os elementos e informações que fizerem necessárias à execução do objeto;

10.4. Verificar se a execução dos serviços prestados, demonstrada por meio informações/relatórios apresentados pela Contratada, foi realizada com observação às disposições pertinentes ao Contrato, implicando o cancelamento do pagamento em caso negativo;

10.5. Fiscalizar a realização dos serviços podendo solicitar providências à Contratada, que atenderá ou justificará de imediato qualquer pendência que possa surgir;

10.6. Exigir que sejam atendidos todos os requisitos e obrigações de manutenções preventivas e corretivas estabelecidas neste contrato;

10.7. Cumprir fielmente o Contrato de modo que a Contratada possa realizar o fornecimento e a prestação dos serviços com esmero e perfeição;

10.8. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no serviço;

10.9. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos da sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto do contrato;

10.10. Fiscalizar a entrega do serviço podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer caso haja qualquer divergência entre o serviço entregue e as condições e exigências fora das especificações deste Contrato e do Termo de Referência;

10.11. Especificar os itens do objeto conforme este Contrato;

10.12. Estabelecer atesto de notas fiscais após análise técnica dos serviços prestados pela Contratada, configurando tal etapa como critério para o recebimento e pagamento do serviço contratado;

- 10.13. As decisões e providências que ultrapassem a competência do servidor ou comissão de recebimento/execução do serviço deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.
- 10.14. Receber o serviço contratado e atestar a Nota Fiscal/Fatura desde que atendidas todas as exigências e especificações constantes no Contrato.
- 10.15. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Contrato e sua proposta.
- 10.16. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 10.17. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, fixando prazo para a sua correção.
- 10.18. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos serviços no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.
- 10.19. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, ao local de prestação de serviços, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante do CONTRATANTE.
- 10.20. Determinar providências que entender necessárias visando suprir ou sanar irregularidades, atrasos e falhas ocorridas.
- 10.21. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação de serviços em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste documento, seus Apêndices e sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do objeto;
- 11.2. Realizar a prestação dos serviços de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Contrato e no edital.
- 11.3. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por meio da unidade gestora do contrato no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.
- 11.4. Responder integralmente pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização, ou o acompanhamento empreendido pelo contratante.
- 11.5. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas neste instrumento, além de sujeitar-se a outras obrigações no Código de Proteção e Defesa do Consumidor Lei Federal n.º 8.078, de 1990, que sejam compatíveis com o regime de Direito Público.
- 11.6. Comunicar por escrito eventual atraso, apresentando justificativas que serão objeto de apreciação pela contratante.
- 11.7. Atender, no prazo fixado, às solicitações do fiscal técnico, fiscal administrativo e/ou gestor do contrato.
- 11.8. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, responsabilizando-se por todas as obrigações e despesas decorrentes da realização dos serviços objeto deste Contrato.
- 11.9. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução do objeto do presente Contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, fretes; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, sem qualquer ônus à contratante.
- 11.10. Assegurar que a prestação de serviços estará em consonância com as normas vigentes e demais legislações relacionadas à sua natureza, de forma a garantir a qualidade do serviço apresentado, conforme art. 42, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 11.11. Não alegar, em hipótese alguma, como justificativa qualquer desconhecimento, dúvida ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato ou das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes ao objeto.
- 11.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.
- 11.13. A contratada deverá observar as alterações introduzidas pela Lei nº 14.973/2024, inclusive quanto ao regime de transição da contribuição previdenciária substitutiva da folha de pagamento, aplicando-se a regra vigente à época da execução contratual, sem prejuízo da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
- 12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

13.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

13.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

13.2.4. **Multa:**

13.2.4.1. Sanção prevista de **Multa**, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

13.2.4.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

13.2.4.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

13.2.4.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

13.2.4.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.2.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.2.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
2. as peculiaridades do caso concreto;
3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. os danos que dela provierem para o Contratante;
5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.2.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

13.2.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

13.2.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. A rescisão do Contrato se dará nos termos dos Artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021;

14.2. No procedimento de rescisão contratual, será assegurado o contraditório e a ampla defesa sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

- 14.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 14.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 14.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 14.8. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.9. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 14.10. Indenizações e multas.
- A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 14.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

- 15.1. Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA COMISSÃO EXECUTORA

- 16.1. Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima da SES/DF, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma do [art. 7º da Lei nº 14.133/2021](#) e art. 10 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, de forma que serão anexadas ao processo SEI vinculado a esta contratação as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções;

16.2. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

16.2.1. Disposição Preliminares

- 16.2.1.1. O contrato deverá ser cumprido fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de eventual descumprimento parcial ou total.

- 16.2.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

- 16.2.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

- 16.2.1.4. O órgão ou entidade deverá permitir, consoante com as normas internas, o acesso dos empregados da contratada às suas instalações, para entrega dos produtos solicitados.

- 16.2.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

- 16.2.1.6. Durante a execução, o contratante deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou pendências observadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16.2.2. Preposto

- 16.2.2.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

- 16.2.2.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

- 16.2.2.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

16.2.3. Fiscalização.

- 16.2.3.1. A fiscalização do contrato será exercida pela SES/DF, por meio de servidor(es) designado(s), com foco no acompanhamento da execução das Ordens de Serviço, verificação da conformidade dos serviços com os projetos executivos e especificações técnicas e ateste das entregas correspondentes a cada galpão modular executado, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

- 16.2.3.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

- 16.2.3.3. Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela Superintendência da Região de Saúde, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

16.2.4. Fiscalização Técnica.

- 16.2.4.1. O fiscal técnico acompanhará a prestação dos serviços, para assegurar que todas as condições estabelecidas no contrato sejam atendidas, conforme o inciso VI do art. 24 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

- 16.2.4.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com §1º, do art. 117, Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e inciso II do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

- 16.2.4.3. Identificada qualquer irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificação para correção da prestação dos serviços, determinando prazo para saneamento, conforme o inciso III do art. 24 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.
- 16.2.4.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor a ocorrência de fato que ultrapasse sua competência, para adoção das medidas necessárias, conforme o inciso IV do art. 24 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.
- 16.2.4.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, conforme o inciso V do art. 24 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.
- 16.2.4.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual, conforme o inciso VII do art. 24 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.
- 16.2.5. **Fiscalização Administrativa**
- 16.2.5.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme o inciso II do art. 25 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.
- 16.2.5.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, conforme o inciso IV do art. 25 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.
- 16.2.6. **Gestor do Contrato**
- 16.2.6.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, conforme o inciso IV do art. 23 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.
- 16.2.6.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à prestação dos serviços e às medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior, aquelas que ultrapassarem a sua competência, conforme o inciso II do art. 23 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.
- 16.2.6.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme o inciso III do art. 23 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.
- 16.2.6.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na prestação dos serviços, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e às eventuais penalidades aplicadas...
- 16.2.6.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso, consoante ao inciso X do art. 23 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.
- 16.2.6.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, conforme o inciso VI do art. 23 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.
- 16.2.6.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

- 17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

- 18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

- 19.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.
- 19.2. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

APÊNDICE II

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

A **Contratante**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, doravante denominado **Contratante** e a **Empresa** _____, estabelecida à _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **Contratada**, representada neste ato pelo **S.r.** _____, (cargo) _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliado em _____, e, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente **TERMO**, e, **CONSIDERANDO** que, em razão do atendimento à exigência do Contrato Nº XX/20XX, celebrado pelas PARTES, doravante denominado **CONTRATO**, cujo objeto é a **<objeto do contrato>**, mediante condições estabelecidas pelo **CONTRATO**;

CONSIDERANDO que o presente **TERMO** vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de **INFORMAÇÕES**, que a **Contratada** tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Secretaria de Saúde do Distrito Federal de que a **Contratada** tomar conhecimento em razão da execução do **CONTRATO**, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às **INFORMAÇÕES**;

A **Contratante** estabelece o presente **TERMO** mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada **PROTEÇÃO ÀS INFORMAÇÕES** da **Contratante**, principalmente aquelas classificadas como **CONFIDENCIAIS**, em razão da execução do **CONTRATO** celebrado entre as **PARTES**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

Parágrafo Primeiro: As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pelo **Contratante**.

Parágrafo segundo: A **Contratada** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas pelo **Contratante**, a partir da data de assinatura deste **TERMO**, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela **Contratante**.

Parágrafo Terceiro: A **Contratada** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das **INFORMAÇÕES** do **Contratante**.

Parágrafo Quarto: A **Contratante**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **Contratada**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

Parágrafo Único: As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

1. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das **PARTES**;
2. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;
3. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as **PARTES** cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

Parágrafo Primeiro: A **Contratada** se compromete a utilizar as **INFORMAÇÕES** reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo segundo: A **Contratada** se compromete a não efetuar qualquer cópia das **INFORMAÇÕES** sem o consentimento prévio e expresso da **Contratante**.

1. O consentimento mencionado no Parágrafo segundo, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das **PARTES**.

Parágrafo Terceiro: A **Contratada** se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** do **Contratante**.

Parágrafo Quarto: A **Contratada** deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES** do **Contratante**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo **Contratante**.

Parágrafo Quinto: Cada **PARTE** permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo Sexto: O presente **TERMO** não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

1. Os produtos gerados na execução do **CONTRATO**, bem como as **INFORMAÇÕES** repassadas à **Contratada**, são única e exclusiva propriedade intelectual do **Contratante**.

Parágrafo Sétimo: A **Contratada** firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

Parágrafo Oitavo: A **Contratada** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativo aos produtos gerados e às **INFORMAÇÕES** que venham a ser reveladas durante a execução do **CONTRATO**.

CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

Parágrafo Único: Todas as **INFORMAÇÕES** reveladas pelas **PARTES** permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

1. A **Contratada** deverá devolver íntegros, e integralmente todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pelo **Contratante** para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias.
2. A **Contratada** deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais do **Contratante**, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

Parágrafo Único: O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até 05 (cinco) anos após o término do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Único: A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na **RESCISÃO DO CONTRATO** firmado entre as PARTES. Neste caso, a **Contratada**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo **Contratante**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro: Este **TERMO** constitui vínculo indissociável ao **CONTRATO**, que é parte independente e regulatória deste instrumento.

Parágrafo Segundo: O presente **TERMO** constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES**, principalmente a s **CONFIDENCIAIS**, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas **PARTES** em ações feitas direta ou indiretamente.

Parágrafo Terceiro: Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as **PARTES** tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as **INFORMAÇÕES** do **Contratante**.

Parágrafo Quarto: O disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à **CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES**.

Parágrafo Quinto: A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Parágrafo Único: Fica eleito o foro do Distrito Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **TERMO**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estar justa e estabelecida às condições, a **Contratada** assina o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Brasília/DF, ____ de _____ de 20 xx.

Nome do Diretor ou representante legal da empresa
Cargo
CPF nº

Gestor do Contrato
Matrícula
<<Cargo/Função>>
<<Setor/Departamento>>

Fiscal Técnico do Contrato
Matrícula
<<Cargo/Função>>

APÊNDICE V
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Objeto:	
N.º Contrato:	
Contratada	
CNPJ:	
Telefone (s)	

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no Art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133, que os bens e/ou serviços, relacionados no quadro abaixo, foram recebidos nesta data e serão objeto de avaliação quanto aos aspectos de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos pelo Edital nº ____/20__ da SES/DF.

Ressaltamos que o recebimento definitivo dos serviços ocorrerá em até XX (XX) dias úteis, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do instrumento contratual proveniente do Edital nº ____/20 ____.

Fiscal técnico do contrato
Nome: _____
Matrícula: _____
Cargo / Função: _____
Setor / departamento: _____
Assinatura: _____

Fiscal administrativo
Nome: _____
Matrícula: _____
Cargo / Função: _____
Setor / departamento: _____
Assinatura: _____

Brasília-DF, ____ de _____ de 20 ____.

APÊNDICE VI
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Objeto:	_____
N.º Contrato:	_____
Contratada	_____
CNPJ:	_____
Telefone (s)	_____

Por este instrumento, as partes abaixo identificadas atestam para fins de cumprimento do disposto no Art. 140, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 14.133, que os bens e/ou serviços relacionados no quadro abaixo, possuem as quantidades, configuração, desempenho e a qualidade compatível com as condições e exigências técnicas constantes do Edital nº ____/20 ____ da SES/DF.

Diretor ou representante legal da empresa
Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

Gestor do contrato
Nome: _____
Matrícula: _____
Cargo / Função: _____
Setor / departamento: _____
Assinatura: _____

Fiscal técnico do contrato

Nome: _____
 Matrícula: _____
 Cargo / Função: _____
 Setor / departamento: _____
 Assinatura: _____

Representante da área requisitante da solução
 Nome: _____
 Matrícula: _____
 Cargo / Função: _____
 Setor / departamento: _____
 Assinatura: _____

Brasília-DF, ____ de _____ de 20__.

APÊNDICE VII
LISTA DE ENDEREÇOS DAS UNIDADES DE SAÚDE CONTEMPLADAS - SES/DF;

SIGLA	HOSPITAL	ENDEREÇO	CEP
HRC	Hospital Regional de Ceilândia	QNM 27, Área Especial 1, Ceilândia, Brasília-DF	72.215-270
HRT	Hospital Regional de Taguatinga	Setor C Norte, Área Especial 24, Taguatinga Norte, Brasília-DF	72120-970
HRBZ	Hospital Regional de Brazlândia	Área Especial 1, Setor Tradicional, Brazlândia-DF	72720-901
HMIB	Hospital Materno-Infantil de Brasília	L2 Sul, Quadra 608, Módulo A, Asa Sul, Brasília-DF	70203-900
HRS	Hospital Regional de Sobradinho	Quadra 12, Conjunto B, Lote 38, Sobradinho, Brasília-DF	73010-120
HRP	Hospital Regional de Planaltina	Avenida WL 4, Área Especial, Setor Hospitalar, Planaltina-DF	73310-000
HRL	Hospital da Região Leste (Paranoá)	Área Especial Hospitalar, Quadra 2, Conjunto K, Lote 1, Paranoá-DF	71570-050
HRG	Hospital Regional do Gama	Área Especial 1, Setor Central, Gama-DF	72405-901
PA01	Parque de Apoio da SES/DF – Sede Administrativa	SIA Trecho 5, Lote 180, Guará, Brasília-DF	71205-050
PA02	Parque de Apoio da SES/DF – Sede Administrativa	SIA Trecho 5, Lote 180, Guará, Brasília-DF	71205-050
PA03	Parque de Apoio da SES/DF – Sede Administrativa	SIA Trecho 5, Lote 180, Guará, Brasília-DF	71205-050

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF